



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional - NUPRI

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(ÍZA) DE DIREITO DA _____ VARA DE
FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, com fundamento no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, artigo 17 da Lei nº 8.429/1992 e demais dispositivos normativos aplicáveis, vem, perante Vossa Excelência, em decorrência dos elementos probatórios colhidos no bojo do Inquérito Civil Público 08190.057440/16-18, propor a presente

AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, COM PEDIDO DE LIMINAR, EM
DESFAVOR DE

CLAUDIO DE MOURA MAGALHÃES, [REDAZIDA]

[REDAZIDA]

[REDAZIDA]

[REDAZIDA];

JOÃO HELDER RAMOS FEITOSA, [REDAZIDA]

[REDAZIDA]

[REDAZIDA];



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

MURILO JOSÉ JULIANO DA CUNHA, [REDACTED]

[REDACTED]
[REDACTED]; e

LUIZ ESTEVÃO DE OLIVEIRA NETO, [REDACTED]

[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]

[REDACTED], sob o prontuário de n.º 12330, em virtude dos fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos:

DOS FATOS

No ano de 2013¹, autoridades públicas de relevo na estrutura estatal foram condenadas pela Corte Máxima do país e inseridas no sistema prisional, especificamente no complexo prisional da Papuda, na capital Federal.

A cúpula da Subsecretaria do Sistema Prisional do Distrito Federal (Subsecretário CLAUDIO DE MOURA MAGALHÃES e Coordenador-Geral JOÃO HELDER RAMOS FEITOSA), todavia, não se mostrava disposta a concretizar os postulados de uma verdadeira República insculpidos na Constituição Federal de 1988 e contrariava claramente o que aqueles julgamentos do STF simbolizavam para a sociedade: o fim da impunidade e da ideia de que determinadas pessoas estavam acima da Lei.

¹ Em 26 de junho de 2013, o STF decretou a prisão imediata do então Deputado Federal Natan Donadon e em 14 novembro de 2013 foi publicada a decisão do Pretório Excelso sobre a execução penal de condenados na ação penal 470.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

Multiplicavam-se, pois, notícias sobre situações caracterizadoras de inaceitáveis privilégios para esses presos ilustres, detentores de poder político/econômico, ensejando pedido de providências do MPDFT (DOCUMENTO 01), requerimento de esclarecimento do Juízo da Execução Penal (DOCUMENTO 02), pedido do atual Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot (DOCUMENTO 03), e **a seguinte determinação do ilustre Ministro Joaquim Barbosa** (DOCUMENTO 04):

“Ademais, note-se que as irregularidades encontram minimamente suporte probatório, inexistindo qualquer razão para a inação dos órgãos responsáveis em apurar e suprimir as aparentes regalias com que vêm sendo beneficiados os presos condenados nos autos da AP 470. Ao deixar de prestar as informações solicitadas pelo juízo delegatário, o Governo do Distrito Federal contribui para que as ilegalidades se perpetuem, impedindo que seja alcançado o fim ressocializador e reeducador da pena aplicada por este Supremo Tribunal Federal. **Assim, determino que sejam reiterados os ofícios subscritos pelo juízo delegatário, bem como que as autoridades em atuação nas unidades prisionais implicadas observem todos os termos das decisões anteriormente proferidas pelo mencionado juízo, de modo que sejam suprimidas as diferenças de tratamentos entre os detentos.** Caso persistam as irregularidades e as intimidações relatadas pelo magistrado delegatário, deverão elas ser imediatamente comunicadas a este STF, para as providências cabíveis. (Grifou-se).

A despeito dessas circunstâncias, tendo em conta a superlotação das unidades prisionais do Distrito Federal e a falta de condições mínimas de salubridade de espaços do Centro de Detenção Provisória (CDP), o Ministério Público, em nítida postura de preocupação com a situação dos presos de forma indistinta, como deveria ser a de todas as autoridades em atuação no sistema prisional, ingressou em juízo, **em 15 de julho de 2013**, com pedido de liminar (DOCUMENTO 05), requerendo entre outros pontos que fosse “determinada a realização de reforma do Bloco localizado no CDP



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

onde está, atualmente, situado o Núcleo de Arquivo – NUARQ, os presos da Polícia Federal e outras áreas administrativas, para, após, ser destinado ao acolhimento dos presos com menor periculosidade”.

No bojo desse procedimento, entretanto, o **Subsecretário do Sistema Prisional (SESIPE), CLAUDIO DE MOURA MAGALHÃES, em 12 de agosto de 2013, informou que não seria possível atender aos pedidos formulados pelo Ministério Público, consignando expressamente (DOCUMENTO 06):**

a.2) **No que tange ao pedido de destinação do Bloco, onde, atualmente, está situado o Núcleo de Arquivo- NUARQ, para o acolhimento de presos com menor periculosidade, esclareço que já foi encaminhado Memorando nº 1197º/2013-GCAP/SESIPE à Gerência de Engenharia e Arquitetura- GEARQ solicitando planta para reforma estrutural da NUARQ para recebimento desses presos.**

Imperioso salientar que, segundo informações daquela Gerência, a **reforma do aludido Bloco para acolhimento de presos com menor periculosidade, demandará tempo para estudos, levantamentos, concepção do projeto, em acordo com a Resolução nº 09/2011 do CNPCP, dimensionamento do Projeto, preparação do Projeto Básico e demais documentos necessários para a licitação, preparação do Edital, análise do Edital pela Procuradoria do Distrito Federal, realização da licitação e a execução das obras de reforma, conforme as normas de segurança e funcionalidade.** (Grifou-se).

A despeito dessas informações **prestadas em juízo**, os requeridos já haviam aceitado demanda do ex-senador LUIZ ESTEVÃO² para que pudesse reformar aquele local e posteriormente ali vir a ocupar uma cela a seus moldes, criando uma verdadeira ilha no complexo prisional, com ambientes salubres, utensílios

² Os embargos de declaração por ele opostos no STJ haviam sido julgados improcedentes em 18 de junho de 2013 após longos dois anos (DOCUMENTO 07).



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

diferenciados (louças sanitárias, chuveiros elétricos etc) e forma de funcionamento totalmente diferente das demais unidades, **tanto que no dia seguinte àquele ofício** já há registro de ingresso, especificamente no Centro de Detenção Provisória, da arquiteta do Grupo OK, Debora Lima Ribeiro, conjuntamente com o arquiteto proprietário da sociedade empresarial para quem seria terceirizado o serviço (DOCUMENTO 08).

O acordo ainda traria outros benefícios políticos para os requeridos, que, como Delegados da Polícia Civil, pretendiam agraciar ex-policiais em cumprimento de pena, colocando-os em outra ala no mesmo local, para inclusive tornar menos explícita a vinculação do conluio com o ex-Senador.

Passados alguns meses, **no dia 22 de fevereiro de 2014**, Promotoras de Justiça de Execução Penal, em visita de rotina à unidade prisional, notaram a realização dessa ampla reforma no bloco 5 do Centro de Detenção Provisória, local em que, como anteriormente explicitado, estava instalado todo arquivo do sistema prisional (setor denominado Núcleo de Arquivo – NUARQ), outras unidades administrativas e algumas celas destinadas a presos encaminhados pela Polícia Federal/Justiça Federal.

As Promotoras perceberam que o padrão arquitetônico e utensílios (aparelho sanitário, porta, pias) instalados destoavam completamente do utilizado para alocação de presos provisórios, contrariando recomendações da Resolução nº 9 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP); e sua execução estava a cargo de sociedade empresarial cujo nome fantasia era SR2, tendo o diretor do estabelecimento prisional, MURILO JOSÉ JULIANO DA CUNHA, recusado-se a fornecer qualquer informação sobre a obra, com que recursos estava sendo executada e perfil dos presos que ali cumpriram pena.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

A inspeção e essas percepções foram registradas no relatório encaminhado mensalmente ao Conselho Nacional do Ministério Público (DOCUMENTO 09), acompanhadas de grande estranheza porque, como anteriormente mencionado, a SESIPE havia informado na ação que o Ministério Público ajuizara não ser possível atender seu pedido de reforma do local e em nenhum momento comunicou a mudança de postura.

A misteriosa reforma começou a ser desvelada quando foi concluída e ali foi alocado o senhor LUIZ ESTEVÃO DE OLIVEIRA NETO, sem autorização judicial, **permanecendo em uma ala inteira, na qual havia sido criado um pátio para banho de sol exclusivo, simplesmente sozinho, por praticamente 4 meses**, e posteriormente recebendo a companhia apenas de outros 4 presos detentores de poder político/econômico.

O Ministério Público então buscou obter informações sobre a contratação da sociedade empresarial SR2 para execução da reforma e, ao requisitá-las à Secretaria de Segurança Pública, incumbida de realizar as contratações e aquisições de materiais para a Subsecretaria do Sistema Penitenciário, surpreendeu-se com a resposta de que não havia nenhum registro sobre essa reforma ou pedido a ela referente (DOCUMENTO 10).

Em seguida, o Ministério Público constatou que o endereço declarado da sociedade empresarial SR2 (que executou a obra) era residencial e nunca foi ocupado por essa empresa (DOCUMENTO 11).

Aprofundando a investigação, o Ministério Público produziu conjunto probatório apto a atestar que houve a construção de um grande galpão (com banheiro, escritório e cozinha) para receber todo o arquivo do sistema prisional e,



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

posteriormente, foi realizada ampla reforma do bloco 5 que o abrigava, com criação de ambiente totalmente diverso das demais alas das unidades prisionais em termos de salubridade, conforto, privacidade etc.

Por fim, foi possível esclarecer terem ambas as obras, **de modo completamente surreal**, sido determinadas pela pessoa que ocuparia uma das celas, o ex-senador LUIZ ESTEVÃO DE OLIVEIRA NETO, que, por sua vez, havia incumbido arquiteta de seu grupo empresarial OK, Debora Lima Ribeiro, de contratar alguém para realizar a empreitada, tendo sido escolhido Homero de Oliveira Sousa Rosa, proprietário da fantasiosa SR2 (sem sede declarada ou empregados formalmente contratados), que com uma equipe de trabalhadores a levou a efeito à margem de qualquer procedimento formal.

A sanha de beneficiar o ex-Senador não se esgotaria nessa seara, tendo a ele sido concedida saída ilegal, sem autorização judicial, fato motivador do ajuizamento de outra ação de improbidade em desfavor dos requeridos CLAUDIO DE MOURA MAGALHÃES e MURILO JOSÉ JULIANO DA CUNHA (DOCUMENTO 12 – autos 0017045-12.2015.4.01.3400).

Em síntese, tem-se que os agentes públicos ora requeridos, na qualidade de dirigentes de um sistema prisional superlotado e em situação degradante para a esmagadora maioria de seus internos, para beneficiar um ex-senador, além de outros detentores de poder político/econômico ou integrantes da classe policial, a qual pertencem, permitiram que aquele levasse a cabo a reforma do interior de um bloco, para deixá-lo em melhores condições para recebê-lo, não só ocultando essa circunstância do Poder Judiciário e do Ministério Público, como apresentando justificativas pretensamente técnicas para encobrir o desvio de finalidade.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

DO DIREITO

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA DO SISTEMA PRISIONAL DO DISTRITO FEDERAL E COMO SÃO REALIZADAS SUAS OBRAS

A Subsecretaria do Sistema Penitenciário – SESIPE está assim definida no sítio eletrônico da Secretaria de Segurança Pública³:

A Subsecretaria do Sistema Penitenciário- SESIPE, **unidade gestora e coordenadora do Sistema Prisional do DF**, diretamente subordinada à Secretária de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, é composta pelas seguintes unidades prisionais: Centro de Detenção Provisória – CDP; Centro de Internamento e Reeducação – CIR; Penitenciária do Distrito Federal I – PDF I; Penitenciária do Distrito Federal II- PDF II; Penitenciária Feminina do Distrito Federal – PFDF; Centro de Progressão Penitenciária – CPP e Diretoria Penitenciária de Operações Especiais – DPOE. (Grifou-se).

Embora em 2015 tenha ficado subordinada à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, a SESIPE à época dos fatos estava subordinada à Secretaria de Segurança Pública, assim como está atualmente.

Desse modo, as prioridades do sistema prisional são definidas pela SESIPE e encaminhadas para Secretaria de Segurança, mais especificamente para a Subsecretaria de Administração Geral (SUAG), para concretização.

Nesse contexto, para pequenos reparos ou obras menores, há Núcleos de Reparos (NUREP) em cada unidade prisional, que, **mediante solicitação de**

³ <http://www.ssp.df.gov.br/licitacoes-e-contratos/licitacoes/itemlist/category/134-sesipe.html>



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

materiais para a SUAG e utilização de mão de obra dos próprios presos, os executa, ainda que, para algo além de trocar lâmpadas, fiação, grades de celas ou tubos do sistema hidráulico, sob a supervisão/orientação de engenheiro da Secretaria de Segurança, Carlos Roberto Pereira, pessoa de todos conhecida por estar há mais de 14 anos trabalhando no sistema penitenciário.

A propósito, essa dinâmica será utilizada para realizar as obras de reforço estrutural do Centro de Progressão Penitenciária (CPP) como informou recentemente o atual Subsecretário nos autos 0011128-44.2016.807.0015 (DOCUMENTO 13):

Para essa obra de reforma do Bloco III do CPP, já existem recursos necessários e todos os materiais serão fornecidos pela Subsecretaria de Unidade de Administração Geral – SUAG da SSP/DF, sendo designado como executor da obra o Núcleo de Reparos – NUREP – do EP, e tendo mão de obra dos internos, sob supervisão e orientação da Gerência de Arquitetura – GEARQ da SSP/DF, responsável pelo projeto de reforma do referido Bloco.

Um panorama geral do trabalho desses núcleos de reparos (NUREP) foi obtido com a oitiva de todos os chefes das unidades existentes no complexo da papuda, tendo sido inclusive reveladas as dificuldades diárias, principalmente na obtenção de materiais (DOCUMENTOS 14-A, B, C e D).

Por outro lado, para o restante das obras e reformas há apresentação da demanda pela SESIPE para SUAG, que organiza todo procedimento administrativo, inclusive licitatório. Convém registrar, pois, as declarações do Subsecretário de Administração Geral, Álvaro Henrique Ferreira dos Santos, no Inquérito Civil Público (DOCUMENTO 15):



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

...QUE, em relação ao Sistema Prisional, as licitações eram geridas na sua Subsecretaria; QUE obras do Sistema Prisional que não demandaram licitação, apenas havia uma gestão da aquisição de material, inclusive porque, nesses casos, era utilizada mão de obra de presos; QUE, porém, não se utilizava tal sistemática para obras grandes, pois seria inviável; QUE isso ocorria para pequenas reformas ou adequação de espaços, quando o Núcleo de Reparos (NUREP) ou Gerência de Reparos das próprias unidades prisionais tinha condições de conduzir; QUE normalmente o núcleo ou gerência enviava um memorando solicitando os materiais necessários e nesse caso era realizado um pregão ou aproveitada uma ata de registro de preços da central de compras do DF; que não tem conhecimento de qualquer obra realizada exclusivamente com doação de materiais, pois a quantidade e a especificidade de itens seria impeditiva disso; que pode ocorrer somente de parte da obra ser decorrente de materiais doados, como por exemplo de doações da SEOPS em virtude de derrubadas etc; que se lembra bem de uma reforma no CDP da sala destinada a presença de advogados, em que parte do material foi adquirido pela Secretaria de Segurança Pública (SSP) e parte foi doada diretamente para unidade pela OAB; que esse controle do material doado é feito pela unidade prisional e não pela Secretaria...

..que os procedimentos licitatórios para as obras decorriam de demandas expressas dos respectivos Subsecretários do Sistema Prisional (mais de um exerceram a função enquanto o sistema prisional estava sob a responsabilidade da SSP ...

Na mesma linha são as declarações do engenheiro CARLOS ROBERTO PEREIRA (DOCUMENTO 16):

...QUE nas obras mais complexas a atividade de concepção, dimensionamento e acompanhamento e fiscalização das obras passavam pelo declarante; QUE toda unidade prisional tem um Núcleo de reparos (NUREP) ou gerência de reparos para execução de pequenas reformas ou



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

manutenção de instalações; QUE é esse tipo de atividade que inclusive é executada com a mão de obra dos presos; QUE as obras apenas são de alvenaria e pequenas estruturas, normalmente trabalhos de serralheria (principalmente grades) ou alguma danificação de teto, piso; QUE um bloco de 200 vagas com 2.300 m² demanda aproximadamente 4,5 milhões de reais; QUE nunca soube da construção de um bloco ou ala pelo próprio NUREP; QUE normalmente essas unidades demandam os materiais para a antiga GEMAP da Secretaria de Segurança Pública; QUE eles apresentam a lista de materiais e a gerência os remete; QUE as unidades não estocam materiais, pois estão sempre usando para coisas muito pequenas ou utilizam numa demanda específica que se esgota...

Delineado tal panorama, sobre a logística das obras no sistema prisional, esclarecendo os limites de atuação dos Núcleos de Reparos das unidades prisionais (NUREPs), bem como explicitado o papel da Secretaria de Segurança, mais especificamente da Subsecretaria de Administração Geral (SUAG), no fornecimento de materiais para as tarefas daqueles ou na organização do procedimento licitatório para as obras indicadas pela SESIPE, passa-se a demonstrar todo surrealismo da reforma em questão.

DAS PROVAS ACERCA DA CONSTRUÇÃO DE UM GALPÃO E REALIZAÇÃO DA REFORMA DO BLOCO 5 DO CDP À MARGEM DE QUALQUER PROCEDIMENTO ESTATAL LEGÍTIMO

A inexistência de qualquer procedimento formal acerca da reforma em questão teve o intuito deliberado de ocultar seus verdadeiros propósitos. Em princípio, ela por si só já era surpreendente, pois o requerido CLAUDIO DE MOURA MAGALHÃES, à época Subsecretário do Sistema Prisional, prestou, **reitere-se, as seguintes informações em juízo, no bojo da ação de interdição ajuizada pelo**



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

Ministério Público, e que continha o pedido de reforma do local (DOCUMENTO 06):

a.2) **No que tange ao pedido de destinação do Bloco, onde, atualmente, está situado o Núcleo de Arquivo- NUARQ**, para o acolhimento de presos com menor periculosidade, esclareço que já foi encaminhado Memorando nº 1197º/2013-GCAP/SESIPE à Gerência de Engenharia e Arquitetura- GEARQ solicitando planta para reforma estrutural da NUARQ para recebimento desses presos.

Imperioso salientar que, segundo informações daquela Gerência, a reforma do aludido Bloco para acolhimento de presos com menor periculosidade, demandará tempo para estudos, levantamentos, concepção do projeto, em acordo com a Resolução nº09/2011 do CNPCP, dimensionamento do Projeto, preparação do Projeto Básico e demais documentos necessários para a licitação, preparação do Edital, análise do Edital pela Procuradoria do Distrito Federal, realização da licitação e a execução das obras de reforma, conforme as normas de segurança e funcionalidade. (Grifou-se).

Nesse contexto, como era de se esperar, o chefe do núcleo de reparos da unidade prisional (EVILAZIO HOLANDA DE SOUZA) também se espantou com o início das obras (DOCUMENTO 14-A):

...QUE o Sr. CARLOS, engenheiro da SSP, não participou dessa reforma; QUE não sabe dizer de onde veio o material para a reforma; QUE, no início, o depoente se surpreendeu, pois não foi avisado de nada, e o responsável da empresa chegou lá para fazer o serviço com a equipe; QUE o responsável disse que a SESIPE é que estava à frente disso; QUE o NUARQ ficava nessa ala e passou para o prédio da administração, causando certo transtorno, pois o NUARQ possuía um espaço grande e teve que ficar apertado no prédio da administração



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

Em verdade, não fosse a presente investigação, nenhuma autoridade estatal informaria quem teria promovido a reforma em questão. Transcreva-se, a propósito, o relato enviado pela Promotora ao Conselho Nacional do Ministério Público quando, ao realizar a inspeção mensal, deparou-se com a referida obra (DOCUMENTO 09):

“Assim, tendo em vista que a reformulação arquitetônica empreendida no CDP é incompatível com a alocação dos presos provisórios, o Ministério Público questionou à direção do CDP qual o perfil dos presos que seriam alocados no imóvel.

Contudo, a direção do CDP recusou-se a fornecer tal esclarecimento, limitando-se a dizer que o assunto seria tratado pela SESIPE, a despeito de o NUARQ estar situado em área específica do CDP.”

A recusa do requerido MURILO JOSÉ JULIANO DA CUNHA em fornecer qualquer informação às Promotoras de Justiça e se limitar a dizer se tratar de assunto da SESIPE causou bastante estranheza.

Posteriormente, no bojo do inquérito civil público, tendo em conta a sistemática explicitada no tópico anterior sobre a realização de obras no sistema prisional, o Ministério Público requisitou informações da Secretaria de Segurança Pública, que assim respondeu:

Ofício 128/2015 – SUAG/SSP (DOCUMENTO 10, referido)

No que tange à reforma do Bloco 5 do CDP, esclarecemos que não foi objeto de demanda por contratação de empresa especializada.

MEMORANDO 34/15-COOENG/SUAG/SSPDF (DOCUMENTO 18)



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

Em atenção ao ofício 81/2015 – NCFSP/MPDFT, anexo, informo que a obra mencionada não consta na relação das atividades desenvolvidas pela Coordenação de Engenharia e Arquitetura da Secretaria de Segurança e Paz Social.

Indagados em oitiva formal, o Subsecretário de Administração Geral e o engenheiro, ambos da Secretaria de Segurança Pública, afirmaram que jamais foram comunicados da obra:

Alvaro Henrique Ferreira dos Santos (Subsecretário de Administração Geral)

“... que esse controle do material doado é feito pela unidade prisional e não pela Secretaria; que não tem notícia de doação direta de dinheiro para unidade ou mesmo para Secretaria; que na maioria das vezes acionava-se o engenheiro da Secretaria (Carlos Roberto Pereira) para uma orientação da obra; que quando se trata de um pequeno reparo ou algo banal não se acionava o engenheiro e promovia-se no âmbito da própria unidade; que não acredita que algo um pouco mais complexo se faça sem ao menos o conhecimento do engenheiro Carlos;

... que na maioria das vezes acionava-se o engenheiro da Secretaria (Carlos Roberto Pereira) para uma orientação da obra; que quando se trata de um pequeno reparo ou algo banal não se acionava o engenheiro e promovia-se no âmbito da própria unidade; que não acredita que algo um pouco mais complexo se faça sem ao menos o conhecimento do engenheiro Carlos...

...Que a reforma de uma ala não se trata de pequenos reparos tal como exposto quando se trata de uma obra realizada pela própria unidade prisional com uso de mão de obra dos presos; que não passou pelo declarante nenhum procedimento versando sobre isso; (DOCUMENTO 15, referido)

Carlos Roberto Pereira (engenheiro da Secretaria de Segurança Pública)



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

QUE a Sesipe estava sob o comando da SSP até janeiro de 2015; QUE em função disso, sempre exerceu atribuições no Sistema Prisional, que, aliás, era 90% da demanda de trabalho; QUE ainda presta auxílio técnico ao sistema prisional e é executor do contrato das obras de dois blocos no CDP, dois blocos na PFDF e o 3º bloco do CPP, além de estar colaborando diretamente com o executor do contrato das obras de dois blocos próximos à PDF-I e PDF-II (setor C), em virtude da experiência de estar há 14 anos trabalhando em obras do sistema prisional...

QUE até janeiro de 2015 o declarante seria a maior autoridade na parte de engenharia e arquitetura do sistema prisional;

QUE explicado ao declarante que a ala hoje possui diversas celas e capacidade para mais de 100 pessoas, perguntou-se se é o tipo de reforma que poderia ser feita com recursos exclusivamente de doação, tendo o declarante se limitado a dizer que não tem notícia de nenhuma outra obra no sistema prisional dessa envergadura com materiais exclusivamente de doação; QUE jamais foi chamado a dar uma sugestão ou orientação nessa reforma;

QUE ainda hoje vai ao local e esta semana mesmo foi duas vezes ao local; QUE absolutamente nenhuma vez ninguém perguntou/mostrou/pediu orientação sobre essa reforma de ala do CDP; QUE ao logo desse tempo várias vezes teve contato com pessoas do CDP e, inclusive, do NUREP, sendo que ninguém falou qualquer coisa dessa reforma; (DOCUMENTO 16, referido)

É possível, pois, considerar ser uma situação completamente inusitada que, diante da já minudenciada logística de realização de obras no sistema prisional, em uma reforma dessa envergadura, não fosse do conhecimento do Subsecretário de Administração Geral, tampouco do engenheiro da Secretaria de Segurança Pública e, mais estranhamente do chefe do núcleo de reparos da unidade, sequer quem estava fornecendo os materiais.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

Aliás, quando excepcionalmente se obtém a rara doação de utensílios para concretização de reformas, mesmo de bem menor vulto, **além do devido controle pelo Núcleo de Reparos**, há ampla publicidade do fato, desde a doação até a inauguração do espaço físico com a presença de diversas autoridades (Subsecretário, Diretor, Juíza da Vara de Execuções Penais entre outros), inclusive com colocação de placa de bronze, como exemplificativamente ocorreu no caso dos parlatórios para contato dos advogados com presos (DOCUMENTO 19):

Momento da entrega de materiais⁴:



Inauguração do espaço reformado⁵:



⁴ Disponível em <http://www.oabdf.org.br/noticias/oabdf-doa-materiais-para-a-construcao-de-novos-parlatorios-no-cdp/#.V6DvZxL8o4A> . Acesso em 15/07/16 às 17h:35min.

⁵ Disponível em <http://www.oabdf.org.br/slide/advogados-criminalistas-ganham-cinco-novas-salas-de-oitivas-no-cdp-da-papuda/#.V4IIVxL8o4C>, acesso em 15/07/16 às 17h:34min.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI



No entanto, dessa vez formalmente inquirido, o Diretor da unidade prisional, requerido MURILO JOSÉ JULIANO DA CUNHA, também alegou não saber qualquer detalhe da reforma (DOCUMENTO 20):

...QUE quando ocorreu a reforma da Ala dos Vulneráveis o depoente era o diretor lá; QUE a ideia da reforma veio da SESIPE e o depoente não teve qualquer relação com isso; QUE não tem certeza mas acha que foi o Dr. CLAUDIO (Subsecretário da SESIPE) que entrou em contato com o depoente e o avisou que ocorreria a reativação das celas do Bloco 5; QUE o Dr. CLAUDIO o avisou que já teria um local para onde os arquivos permanentes seriam levados, porém que o setor NUARQ (seus servidores, etc.) teria que ir para dentro da administração fisicamente; QUE não se recorda se o Dr. CLAUDIO especificou naquele momento o local para o qual o arquivo seria remetido; QUE posteriormente o depoente constatou que seria próximo à DPOE; QUE era um galpão próximo à DPOE; QUE não sabe dizer se esse galpão já existia ou se houve uma reforma...

QUE em relação à reforma do Bloco 5 não tomou nenhuma providência desse tipo porque quem estava à frente disso era o Dr. CLAUDIO; QUE diz que era o Dr. CLAUDIO simplesmente porque foi ele quem falou com o depoente; QUE acredita, porém, que era uma decisão da equipe do Dr. CLAUDIO;

... QUE ao menos no final da obra sua equipe deu orientações de segurança e o depoente repassava para a SESIPE para que se transmitisse



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

ao executor da obra; QUE não se lembra ao certo com quem da SESIPE falou mas foi ou para o Dr. CLAUDIO ou para o Dr. JOÃO FEITOSA;

QUE o depoente não procurou saber quem havia custeado a reforma do bloco 5, mesmo após os questionamentos da Promotora, porque simplesmente não desconfiou de qualquer irregularidade, já que a obra estava sendo feita à luz do dia, com tudo registrado, com uma empresa e trabalhadores devidamente uniformizados; QUE o depoente imaginou que tudo estivesse formalizado na SESIPE;

QUE até hoje não sabe quem custeou a obra; QUE o depoente não se interessa mais sobre esse caso; QUE não conhece nenhum caso de preso que tenha construído uma cela para si;

Por óbvio, diante desse quadro, seria impossível que a cúpula da SESIPE também não soubesse quem estaria arcando com a obra em questão, em especial com a contratação da sociedade empresarial executora e os materiais empregados, pois a determinação da reforma e a autorização para entrada no complexo prisional foi dada por eles.

Todavia, pasme-se, o Coordenador Geral do Sistema Prisional do Distrito Federal, requerido JOÃO HELDER RAMOS FEITOSA, não sabia sequer qual empresa estaria executando a obra, embora tenha interferido para que os trabalhadores da sociedade empresarial ingressassem no local (DOCUMENTO 21):

...

QUE, para outros assuntos, o trato dos diretores das unidades prisionais era direto com o Dr. Cláudio; QUE o depoente passou diversas vezes pela obra do bloco 5; QUE não sabe precisar quantas vezes o Dr. Cláudio esteve com o depoente quando ele passou pela obra; QUE o depoente presenciou pessoas trabalhando na obra; QUE não se recorda se essas pessoas estavam uniformizadas; QUE não sabe dizer se presos trabalharam na obra, mas acredita que sim; QUE a entrada de pessoas



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

para a realização de obras dentro do sistema prisional é controlada pelo DPOE e pela unidade prisional específica, a fim de que fossem facilmente identificadas; QUE não sabe dizer qual empresa forneceu mão de obra para a reforma do bloco 5, mas acredita que essa reforma tenha se utilizada de mão de obra externa, pois, durante sua execução lembra que houve problema quanto a entrada de pessoas no sistema prisional; QUE em algum momento interveio porque estava dando problema para a entrada de trabalhadores de obra no CDP, para que fosse feito o controle e os trabalhadores fossem liberados para entrarem; QUE em algumas dessas oportunidades se recorda que havia dificuldade para que essas pessoas entrassem no sistema prisional, ocasião em que o depoente interveio para que a situação fosse resolvida...

De modo a configurar o enredo de um livro ao estilo de Kafka⁶, no qual o soerguimento de um galpão e a reforma de um bloco inteiro do sistema prisional ocorre sem que ninguém saiba quem os está promovendo, tampouco de onde vêm os recursos, convém transcrever trecho das declarações da pessoa que deu a ordem para desocupação do local de modo a torná-la possível, a autoridade máxima do sistema penitenciário, o Subsecretário CLAUDIO DE MOURA MAGALHÃES (DOCUMENTO 22):

...QUE por último, o depoente, após tomar essa decisão de reformar o bloco 5, conversou com sua equipe toda, (DR. JOÃO FEITOSA, GCAP, etc;) e se dirigiu ao CDP para informar a decisão ao Dr. MURILO, então Diretor do CDP e ordenou que o Bloco 5 começasse a ser esvaziado para poder receber presos; QUE o depoente não falou nada ao Diretor sobre quem forneceria os materiais para a reforma do Bloco 5 ou qualquer outro detalhe da obra ...

⁶ Basta rememorar que, em A Metamorfose, sem qualquer explicação prévia ao leitor, Kafka assim inicia o livro: “Quando certa manhã Gregor Samsa acordou de sonhos intranquilos, encontrou-se em sua cama metamorfoseado num inseto monstruoso”.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

QUE ressalta que os recursos, tanto para construção do galpão quanto para a reforma do Bloco 5, surgiram muito rapidamente, ainda no segundo semestre de 2013; QUE foram os mesmos recursos e as obras foram em sequência; QUE o depoente não sabe exatamente da onde vieram os recursos; QUE quando viu, a construção do galpão já estava em curso; QUE sabe que os recursos não vieram do SINPOL, que desistiu de bancar as obras; QUE, porém, o SINPOL e a ASSPEN podem ter contribuído financeiramente com algum aspecto da obra; QUE ressalta que não sabe exatamente de onde vieram os recursos, até porque, como dito, o depoente não mexia com essa parte de orçamento; QUE sabe que doações eram e são muito comuns no sistema prisional; QUE, por exemplo, existe um galpão na PFDF que armazena grande quantidade de material de doações; ...QUE a execução da obra do galpão do DPOE e do Bloco 5 não foi executada pela SESIPE; QUE sabe que uma parte da obra foi feita pelo NUREP; QUE o NUREP colocou uma grade em cima da ala, por questões de segurança; QUE não sabe, porém, quem executou o início da obra; QUE acredita que foram empresas; QUE o depoente sempre ira visitar a obra do Bloco 5; QUE quando o depoente chegava, era acompanhado do Dr. MURILO ou de outros servidores; QUE sempre chegava na obra depois das 15h e não via muita gente trabalhando lá; QUE a autorização para ingresso dos funcionários das empresas no CDP era feita pela SESIPE, mas não sabe qual setor especificamente; QUE isso não passava diretamente pelo depoente; QUE não sabe quem fazia a interlocução com a empresa que realizava a obra do Bloco 5; QUE sabe que não era ninguém da SESIPE, pois a SESIPE não faz projeto, execução de grandes obras, etc.; QUE deve ter sido alguém da SSP;

QUE o preso LUIZ ESTÊVÃO foi o primeiro a ocupar uma das alas do Bloco 5; QUE o depoente sabe que LUIZ ESTÊVÃO ficou sozinho nessa ala por alguns meses, embora o depoente tivesse feito 4 outros pedidos para a alocação de internos no Bloco 5; QUE essa ala é menor; QUE, no entanto, quando LUIZ ESTÊVÃO ocupou a ala os ex-policiais já estavam no Bloco 5;

QUE sobre o parecer da GEARQ de agosto de 2013 afirmando que havia a necessidade de estudos prévios para reformar do Bloco 5, o depoente



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

ressalta que não houve estudos prévios, apenas foi elaborada aquela planta já informada acima; QUE o depoente não sabe o porquê de a Coordenação de Arquitetura e Engenharia não ter participado da obra; QUE o depoente realmente não sabe de onde vieram os recursos para execução da reforma do Bloco 5; QUE ficou a cargo da SESIPE, além da segurança das obras, definir como seria o funcionamento do Bloco 5; QUE do planejamento ou da execução da obra em si nada passou pela SESIPE, somente a planta baixa; QUE não houve em momento algum uma determinação hierárquica de alguém acima do depoente para construir a ala; QUE o depoente sempre conversava sobre essa obra e outros assuntos com o Dr. JOÃO FEITOSA, Coordenador-Geral da SESIPE à época (espécie de “vice-subsecretário”); QUE se recorda que o Dr. JOÃO FEITOSA reclamou uma vez que os servidores do CDP estavam colocando dificuldades para a reforma do Bloco 5; QUE não crê que o Dr. JOÃO FEITOSA tenha sido o interlocutor com a empresa que realizou a obra, já que ele tinha as mesmas atribuições do depoente;

Contudo, o Subsecretário e o Coordenador Geral do Sistema Prisional foram várias vezes à obra e mantiveram contato com a arquiteta de Luiz Estevão, como atestam as declarações de vários integrantes da equipe do CDP:

Alziro Pereira Ibiapino Neto - Gerente de atividade de segurança penitenciária (DOCUMENTO 23):

...QUE não sabe quem especificamente falou com o Dr. MURILO mas o Dr. CLAUDIO e o DR. JOÃO FEITOSA foram algumas vezes lá na obra...

...QUE ficou claro para o depoente que a arquiteta DÉBORA passava as diretrizes para a SR2;

QUE o Dr. CLAUDIO e o Dr. JOÃO FEITOSA também foram lá olhar a obra; QUE houve oportunidades em que o Dr. CLAUDIO e o Dr. FEITOSA estiveram na obra e a DÉBORA também; QUE eles



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

conversavam entre si; QUE não se recorda se todos juntos ou um deles e ela; QUE o SARDINHA, que ocupava um cargo de relevo, também ia...

Guilherme Frutuoso Barbosa - Agente de atividades penitenciárias (DOCUMENTO 24):

QUE teve mais contato com a DÉBORA, pois ela ia mais na Direção; QUE o contato dela era normalmente com o Diretor Dr. MURILO...

QUE o depoente acredita que a decisão de reformar o bloco 5 veio da cúpula SESIPE; QUE o Subsecretário era o Dr. CLÁUDIO e o Coordenador-Geral era o Dr. JOÃO FEITOSA; QUE ambos pareciam trabalhar harmonicamente durante o tempo em que estiveram a frente da SESIPE; QUE o depoente achava que a obra seria para abrigar somente os ex-policiais; Que se dizia que o SINPOL iria custear a reforma; QUE o depoente não soube detalhes dessa obra; QUE apenas ficou fazendo a logística da segurança; QUE fez várias sugestões para a reforma, porém não foram acatadas; QUE o Dr. CLÁUDIO e o Dr. FEITOSA foram à obra algumas vezes; QUE acredita que já foram juntos também; QUE já os viu conversando com a DÉBORA no local; QUE eles conversavam justamente sobre a obra...

MARCELO FÁBIO ZUQUI LISBOA - Gerente de Administração Penitenciária (DOCUMENTO 25):

QUE o Dr. CLÁUDIO e o Dr. JOÃO FEITOSA foram ao local algumas vezes; QUE, em pelo menos uma ocasião, foram juntos ao local da obra; QUE não sabe dizer se o Dr. CLÁUDIO e o Dr. JOÃO FEITOSA conversavam com HOMERO ou com a DÉBORA quando iam ao local; QUE a questão do custeio da reforma era uma questão da SESIPE; QUE algumas das sugestões, em termos de segurança para a reforma, foram acatadas pelo HOMERO e pelo ÁLISSON, que era o mestre de obras; QUE essas sugestões eram transmitidas para ele e eles passavam para frente, para a DÉBORA e a SESIPE decidirem, até porque isso poderia demandar mais material e tempo;



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

Em verdade, os requeridos haviam acertado tudo com o ex-Senador, para privilegiá-lo, assim como outras pessoas de seus interesses, e buscaram ocultar suas reais intenções desenvolvendo a tese de que a alocação desses presos no local, com nível de conforto completamente distinto das demais alas como adiante se demonstrará, era imprescindível porque eles seriam “vulneráveis”, **imaginando que não fosse possível comprovar ter o condenado LUIZ ESTEVÃO OLIVEIRA NETO sido o verdadeiro responsável pela reforma.**

Com efeito, no endereço da sede da empresa que executou a obra, SR2, não foi possível encontrar ninguém, já que se trata de uma residência, cujo locatário declarou não ter conhecimento sobre sua existência (DOCUMENTO 26), bem como o zelador do edifício afirmou jamais ter ela funcionado no local (DOCUMENTO 27), declarações essas corroboradas pelo proprietário do imóvel, que afirmou desconhecer a sociedade empresarial e seu proprietário (DOCUMENTO 28), apresentando a documentação de todos que o ocuparam desde 2012 (DOCUMENTO 29).

Contudo, o Ministério Público conseguiu encontrar o responsável pela empresa, Homero Oliveira de Sousa Rosa, que explicou ter sido contratado por arquiteta do Grupo OK para gerenciar toda a reforma (DOCUMENTO 30):

...QUE o depoente nunca esteve fisicamente no local, apenas fez a abertura da empresa nesse endereço; QUE fez isso porque não tinha um local físico ainda estabelecido e seu contador lhe orientou assim...

...QUE em espaço público só fez a reforma no Centro de Detenção Provisória, no complexo prisional; QUE já existia um galpão e o depoente fez a reforma; QUE existiam os pilares e cobertura; QUE não participou de qualquer tipo de procedimento licitatório; QUE na verdade a arquiteta DÉBORA, para quem já fez alguns serviços, o pediu para elaborar uma



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

proposta de valores de honorários; QUE somente sabe se chamar DÉBORA RIBEIRO, não sabendo ao certo o nome completo; QUE acha que ela não tem escritório próprio, sabendo apenas que ela é funcionária do Grupo OK;

A informação foi confirmada pela arquiteta do Grupo OK, Debora Lima Ribeiro, que disse ter sido orientada por seu chefe, LUIZ ESTEVÃO, a se reunir com o requerido JOÃO HELDER RAMOS FEITOSA, na SESIPE, para se inteirar dos serviços a serem feitos, tendo posteriormente contratado Homero, proprietário da SR2, para gerenciar a obra (DOCUMENTO 31):

QUE é arquiteta e trabalha para a LCC Construções e Incorporações; QUE não sabe se é limitada ou S/A; QUE a LCC é vinculada ao Grupo OK; QUE não sabe dizer ao certo a posição ocupada na empresa pelo Sr. LUIZ ESTEVÃO OLIVEIRA NETO, porém sabe que ele trabalha no Grupo; QUE fez contato com o Sr. HOMERO para a realização de reforma em área do Centro de Detenção Provisória (CDP); QUE antes a depoente nunca havia feito nenhum trabalho em unidades prisionais do DF ou de qualquer outro estado da federação; QUE a pedido do Sr. LUIZ ESTEVÃO, seu chefe, encontrou com o Sr. JOÃO FEITOSA, que lhe descreveu a necessidade de dois serviços dentro do Complexo da Papuda; QUE os serviços envolviam arquitetura e por isso a depoente foi mandada para conversar com o Sr. JOÃO FEITOSA; QUE quando recebeu essa determinação apenas foi dito que era pra conversar sobre um projeto; QUE nesse momento não lhe foi dito que o serviço era no Complexo Penitenciário; QUE quando teve que ir para a SESIPE soube do que se tratava a SESIPE, que é do sistema prisional, não sabendo ao certo a sigla; QUE não imaginou ser qualquer obra no sistema prisional, pois todas as secretarias demandam diversos serviços; QUE não sabe dizer se nessa época havia divulgação na mídia sobre a possível prisão do Sr. LUIZ ESTEVÃO; QUE nessa época o Sr. LUIZ ESTEVÃO não estava



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

preso; QUE na reunião o Sr. JOÃO FEITOSA lhe esclareceu que eram dois serviços no Complexo da Papuda, um em um galpão e outro no CDP;

A contratação toda ocorreu de modo a não deixar rastros, não tendo sido firmado contrato e os pagamentos sempre ocorrendo em espécie, algo incomum, sobretudo pelo montante ser de supostamente R\$ 10.000,00 mensais, sempre em cédulas em todas as oportunidades, como se extrai da declaração dos pactuantes.

Por certo, o confronto entre as declarações do proprietário da sociedade empresarial SR2 e da arquiteta do Grupo OK (documentos 30 e 31) revelam discrepância em relação a determinados aspectos da contratação, tais como quem traria a mão de obra, quem adquiriria os materiais etc, não se descartando a possibilidade de as divergências serem propositais, de modo a dificultar determinados aspectos da investigação.

De todo modo, a despeito de não se manter registro na entrada principal do complexo (apenas nas respectivas unidades), como o Ministério Público obteve lista das pessoas que trabalharam na obra do galpão (DOCUMENTO 32) e das que ingressaram especificamente no Centro de Detenção Provisória durante certo período de tempo (DOCUMENTO 33), tornou-se viável esclarecer esses e outros pontos obscuros.

É possível afirmar que, como dito, com intuito de evitar qualquer associação ao condenado LUIZ ESTEVÃO, houve a contratação da empresa SR2 em regime de empreitada, ou seja, a mão de obra e ao menos grande parte do material seria adquirida pela sociedade empresarial para subsequente pagamento do Grupo OK. De fato, a oitiva de pedreiros e do mestre de obras da reforma do bloco 5 revelaram que a equipe foi selecionada por Homero:



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

ALYSSON MOREIRA ARAÚJO (DOCUMENTO 34)

“QUE trabalhou em uma obra no CDP; QUE eram dois blocos com arquivos e não tinha a divisão como a das outras unidades prisionais; QUE foi contratado pela arquiteta Débora; **QUE nunca tinha feito outros trabalhos para Débora; QUE já tinha trabalhado com o Sr. Homero; QUE foi contratado por Débora por indicação do Sr. Homero;** QUE não houve contrato e nem carteira assinada; QUE o pagamento era semanal; QUE normalmente quem lhe pagava era a própria Débora ou alguém do pessoal; QUE as vezes ocorria por transferência bancária; QUE não conhecia direito o pessoal que pagava, pois não tinha tanto vínculo com eles; QUE não se recorda da data destas transferências bancárias; QUE não se recorda direito da data da obra; QUE esteve do início ao fim da obra; QUE a obra durou uns cinco meses aproximadamente; QUE após a conclusão da obra do CDP o declarante não realizou outros trabalhos para Débora, mas para Homero sim, reformas de apartamentos... (Grifou-se).

CLAUDEMI PEREIRA DA SILVA (DOCUMENTO 35)

“...QUE trabalhou em uma obra no CDP na companhia de ALYSSON e do chefe de ALYSSON, que era um homem chamado HOMERO; QUE acha que trabalhou nessa obra durante uns 6 meses; QUE não se recorda a data; QUE é analfabeto e não tem muita noção de data; QUE trabalhou na obra como ajudante de pedreiro; QUE também trabalhou junto com PABLO; QUE o declarante carregava tijolos e fazia a massa na betoneira; QUE trabalhava com uniforme; QUE o uniforme está na casa do declarante; QUE tem 4 camisas ainda; QUE são só blusas; QUE ouvia falar que o nome da empresa era SR2; QUE o HOMERO era muito gente boa; QUE foi o HOMERO que contratou o ALYSSON e o ALYSSON contratou o declarante...

QUE também ia uma arquiteta na obra; QUE às vezes ela ia sozinha e outras vezes ia com HOMERO...

QUE o declarante já havia trabalhado com HOMERO em outras oportunidades, e sempre com uniforme...



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

QUE nas outras obras com HOMERO não chegou a ver aquela arquiteta que supervisionava a obra do CDP; QUE quem dava as diretrizes da obra era o HOMERO; QUE o HOMERO passava as diretrizes para ALYSSON...

PABLO DA MOTA BASTOS (DOCUMENTO 36)

...QUE o declarante nunca devolveu o uniforme; QUE lembra que no uniforme havia a inscrição “SR2 ARQUITETURA” e mais alguma coisa; QUE trabalhou como ajudante de pedreiro em obras no Centro de Detenção Provisória (CDP); QUE ficou uns 6 meses lá; QUE deve ter sido no final de 2013; QUE não se recorda a data exata; QUE foi contratado pelo ALYSSON; QUE ALYSSON é encarregado ou mestre de obras; QUE já conhecia o ALYSSON...

QUE não sabe quem dava as diretrizes para ALYSSON; QUE de vez em quando aparecia um arquiteto lá na obra; QUE ele demorava para aprezer; QUE não sabe o nome desse arquiteto; QUE também ia uma mulher na obra; QUE não sabe o nome dessa mulher; QUE acha que ela também era arquiteta; QUE não havia empresa terceirizada trabalhando na obra; QUE eram só os pedreiros mesmo; QUE os pedreiros trabalhavam com uniforme; QUE no uniforme estava escrito SR2; QUE o ALYSSON foi quem passou o uniforme para os pedreiros; QUE acha que era a SR2 quem pagava o ALYSSON...

Além disso, o Ministério Público obteve diversas notas fiscais/comprovantes de prestação de serviços e aquisição de materiais constando como contratante Homero de Sousa Oliveira Rosa (como pessoa física ou microempresa ME) e tendo como destino de entrega o Centro de Detenção Provisória – NUARQ (DOCUMENTOS 37 e 38-A, B, C e D).

Mesmo quando ocorria a retirada do material no próprio balcão, HOMERO em seguida dirigia-se para a unidade prisional, como se depreende do cotejo



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

entre a data e horário das compras em duas lojas e do ingresso dele no sistema penitenciário, no dia 22 de janeiro de 2014.

Em seu depoimento pessoal, o requerido LUIZ ESTEVÃO, embora tenha assumido as reformas, buscou diminuir seu tamanho e eliminar a relação de causalidade entre elas e o cumprimento de sua pena. Reproduza-se os seguintes trechos (DOCUMENTO 39):

(...)

QUE apenas contratou uma empresa, designou uma arquiteta, forneceu os materiais para levantamento de paredes e emboço (emassamento) das mesmas, bem como para o galpão que não sabe ao certo onde se localiza no complexo; QUE o nome da arquiteta é DÉBORA RIBEIRO; QUE o nome da empresa contratada não sabe; QUE delegou para que a DÉBORA contratasse a empresa; QUE não sabe como se deu essa contratação, até porque era uma obra muito pequena, já que a parte de alvenaria é a mais simples de uma obra; QUE acredita que o galpão já estava com piso e pilastras e telhado, pois só lhe pediram para dar conta da alvenaria; QUE esclarece que o galpão estava inacabado e que promoveu o levantamento das paredes no local; QUE inclusive também promoveu o reboco das mencionadas paredes; QUE esse tipo de obra é rápida, barata, porém requer certo expertise; QUE a reforma que fez, tanto no galpão quanto no bloco 5, foi decorrente de um pedido do falecido advogado MÁRCIO THOMAS BASTOS...

QUE depois de aceita incumbência pelo depoente, ele explicou que seria necessária entrar em contato com o Sr. JOÃO FEITOSA e lhe passou o nº de telefone deste; QUE ele falou que o Sr. JOÃO FEITOSA era alguém as Secretaria de Segurança Pública (SSP), ou alguma coisa assim...

QUE foi através do Sr. JOÃO FEITOSA que a DÉBORA veio avaliar o serviço no Complexo; QUE o depoente não sabe dizer se ela veio acompanhada dele ou de alguém designado por ele;



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

... QUE a arquiteta DÉBORA não tinha autonomia para fazer a outra ala sem o aval do depoente e não o fez;

... QUE embora a obra no bloco fosse menor, ela é mais trabalhosa porque ela é mais fracionada, entrecortada, rendendo menos e por isso foi mais cara do que a do galpão; QUE acredita que o custo da obra do bloco girou em torno de 40 mil, pois o custo total das duas foi de 70 mil; QUE não sabe dizer quanto tempo durou a obra no bloco, sabendo apenas que foi mais demorada que a do galpão; QUE a contratação do HOMERO em ambos os casos foi para a prestação de serviço de mão de obra e ele recebia semanalmente; QUE ele contratava a sua própria mão de obra com a incumbência de remunerá-la...

QUE para a parte específica que o depoente contratou o HOMERO, o material necessário era exclusivamente areia, tijolos e cimento; QUE o depoente não forneceu tinta; QUE o depoente não sabe dizer se foi necessário uma betoneira ou foi feita a massa na mão mesmo; QUE quando se contrata um empreiteiro se pressupõe que ele tem o equipamento necessário e se eventualmente foi usada uma betoneira foi por conta dele; QUE não sabe dizer se paredes já estavam demolidas ou foi necessário quebrá-las; QUE não tem a menor idéia se foi necessário usar caçamba para tirar entulho; QUE o depoente realmente não acredita que tenha sido necessário a utilização de caçamba para remover o entulho gerado pela obra de alvenaria...

QUE quando foi preso e veio para a ala, se surpreendeu ao constatar que não havia ninguém do *mensalão* no local; QUE não havia ninguém na ala; QUE ficou sozinho na ala de 28 de outubro de 2014 até meados de fevereiro de 2015; QUE nessa oportunidade chegaram 4 outros presos: NATAN DONADON, JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS, CRISTIANO PAS e RAMON HOLLERBACH; QUE em 10 de março o depoente progrediu para o regime aberto e não havia chegado mais ninguém na ala;

QUE naquela oportunidade do almoço com o Dr. MÁRCIO TOMAZ BASTOS entendeu que ele lhe procurou em virtude da relação de amizade, pois, embora fosse uma obra simples, havia um contexto delicado; QUE era natural, até pela história de vida do Dr. Márcio e sua



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

ligação histórica com o Partido dos Trabalhadores (PT), bem como a sua militância nos direitos humanos, que ele estivesse preocupado com a futura situação carcerária dos seus clientes/amigos; QUE o Dr. MÁRCIO precisava de alguém no local que viabilizasse o serviço; QUE o depoente não questionou a razão de o Dr. MÁRCIO não ter optado por fazer contato com o Governador AGNELO para fazer a obra; QUE a conclusão a que chega é a de que ele não fez isso porque precisava de agilidade; (...).

Os depoimentos do mestre de obras e de seu filho, que fez toda a parte elétrica, desmontam completamente a versão do requerido LUIZ ESTEVÃO no tocante à reforma do galpão, pois a reforma foi muito mais ampla, abrangendo fazer o piso do local (com contratação de uma máquina BOBCAT para compactação da terra para tanto) e colocar a cerâmica, a parte hidráulica, instalação de vasos sanitários, portas, janelas e integralmente a parte elétrica:

FELIPE FERREIRA DE ALMEIDA (DOCUMENTO 40)

QUE é mestre de obras há uns 15 anos aproximadamente, (...) QUE HOMERO ao conhecer o serviço do depoente o chamou para fazer o fechamento de paredes, piso e pintura em um galpão na Papuda; QUE não se recorda a data; (...) QUE o HOMERO já lhe apresentou um valor 'x', que era em torno de 50 mil reais, incluindo a parte do JOHNATA de elétrica; QUE o depoente até achou pouco mas aceitou porque o mercado não estava bom; (...) QUE a estrutura que tinha lá era de pré-moldado e só levanta as paredes encostado na coluna do pré-moldado, que já existia; QUE o depoente pode concluir que houve uma terraplanagem antes, inclusive porque a terra que estava amontoada do lado no local foi usada para fazer o aterro e depois compactar para fazer o contrapiso; QUE houve a contratação de uma máquina bobcat para fazer a compactação dessa terra no local; QUE o depoente não sabe qual a empresa que forneceu a máquina; QUE o HOMERO é que mexeu com isso; QUE depois da compactação foi jogada água por cima; QUE houve a utilização



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

de dois ou três caminhões-pipa para isso; QUE o contrapiso foi feito com um concreto usinado e ficou pronto para a cerâmica; QUE não sabe de onde veio a cerâmica; QUE o depoente exigiu um determinado tipo de areia, denominada “areia de Paracatu”, e ela foi trazida em alguns caminhões, não sabendo precisar quantos, e veio de um areal em Santa Maria; QUE usava muita areia porque também vai para assentamento de tijolos e reboco; QUE lembra que gastou bastante areia na parte do escritório que foi feito lá no galpão; QUE no galpão fizeram, salvo engano, um banheiro masculino, um feminino, um escritório e uma cozinha; QUE o depoente não sabe dizer quanto foi gasto ali porque inclusive nem mexe muito com cálculo, como disse; QUE havia fiscalização da DPOE sobre quem estava trabalhando no local; QUE a obra também foi acompanhada por uma pessoa chamada DÉBORA; QUE não sabe dizer se ela é engenheira ou arquiteta; QUE ela parecia mais responsável sobre a obra do que o HOMERO; QUE ela parecia acompanhar o que o HOMERO estava fazendo; QUE a mão de obra utilizada foi o depoente que contratou, pois estava incluída no seu preço; QUE com certeza o valor que recebeu foi muito pequeno para o tanto que foi feito; QUE o depoente também fez uma fossa para que pudesse ser usado o banheiro; QUE também instalou a louça sanitária, pia, paredes, portas, janelas, tudo; QUE o galpão foi entregue o pacote completo; QUE a janela que instalou era só a moldura de ferro e o vidro tem que vir o vidraceiro instalar; QUE acredita que foram umas 8 ou 9 janelas; (...) QUE enquanto estava fazendo a obra o HOMERO lhe pediu um orçamento de um novo serviço lá num bloco onde tinha alguns cárceres da Federal; QUE se lembra bem que o projeto era para fazer os dois lados; QUE ia mexer na parte da Federal também; QUE se lembra bem que seriam feitos os dois pavilhões; QUE tinha que quebrar muita parede, inclusive de cárceres já existentes, fazer toda a tubulação de esgoto para os banheiros; QUE era um serviço grande; QUE pode até não ser maior do que o galpão, mas era bem mais complicado; QUE tinha que fazer paredes com ferragem dentro, principalmente no local onde ficariam os cárceres; QUE ali era um aumento para onde os presos iriam dormir, os cárceres; QUE no projetinho tinha os cárceres sim; QUE não se recorda se



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

o projeto estava assinado; QUE não pode chamar de projeto porque eram folhas pequenas, tipo rascunho; (...) QUE o primeiro orçamento que apresentou a HOMERO foi de 300 mil reais aproximadamente e quando ele se mostrou contrariado, o depoente disse que o mínimo que poderia fazer era de 270 mil reais, porque o serviço era complicado; QUE não fecharam acordo; (...) QUE a estimativa inicial para toda a obra do galpão era de 60 dias; QUE durou um pouquinho mais; QUE o depoente acredita que levou entre 70 e 80 dias; QUE quando fez o orçamento fez só a sua parte, não tendo sido feita a estimativa da parte elétrica; (...) QUE todo o material foi custeado por HOMERO; QUE ele era quem comprava as coisas, mas uma coisa ou outra o depoente chegou a comprar e ele o ressarcia; (...).

JHONATA OLIVEIRA DE ALMEIDA (DOCUMENTO 41)

(...)

QUE trabalhou no galpão que foi feito para abrigar o arquivo, logo atrás da DPOE, no Complexo da Papuda no ano, salvo engano, de 2013; (...) QUE o responsável da obra era o HOMERO; QUE quem o contratou foi o HOMERO; QUE o HOMERO já havia feito serviços com o pai do declarante na Pirelli; QUE o HOMERO chamou o pai do declarante para trabalhar nessa obra na Papuda; QUE o depoente nessa época já estava começando a mexer com obras, mas não podia assumir essa obra integralmente, então ficou acertado que faria a parte elétrica da obra, porém acompanhou todo o desenrolar dela, inclusive porque auxiliou seu pai, indo algumas vezes ao local, antes de mexer com a parte elétrica; (...) QUE o nome do seu pai é FELIPE; QUE seu pai é mestre de obras; QUE o HOMERO contratou seu pai para fechar as paredes externas, as divisórias internas, cozinha e dois escritórios, colocar o contrapiso, a cerâmica e a pintura do galpão; QUE toda a parte elétrica seria com o depoente; QUE seu pai recebeu aproximadamente 50 mil para fazer o serviço; QUE com esse valor seu pai ainda teve que pagar ajudantes e pedreiros; (...) QUE já havia uma estrutura de concreto pré-moldado e telhado nesse galpão; QUE a estrutura de concreto pré-moldado precisava de um guindaste para ser instalada; QUE não sabe dizer se o HOMERO



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

teve participação na contratação da empresa que fez isso; QUE quando seu pai já estava na obra, foi necessária uma *bobcat* para espalhar o cascalho para depois compactá-lo e poder fazer o contrapiso; QUE a *bobcat* também espalhou a brita ao redor do galpão; QUE depois houve a contratação de caminhões-pipa (pelo menos uns cinco) para jogar água no solo para compactação de cascalho no solo; QUE não havia projeto assinado; QUE o HOMERO entregava rascunhos para o pai do depoente; (...) QUE não é comum isso em obra, não ter o projeto assinado; QUE o CREA precisa estar ciente de uma obra como aquela, ainda mais com um pé direito tão alto; QUE o depoente chegou a comentar com o HOMERO sobre isso, porém ele se limitava a apresentar os rascunhos; QUE os materiais eram todos fornecidos pelo HOMERO; QUE se lembra da COQUEIRO entregar material lá; QUE não formalizaram contrato escrito com HOMERO, tanto que seu pai as vezes ficava preocupado até mesmo em não receber; (...) QUE o pai do depoente não utiliza e-mail e se acertou com HOMERO verbalmente; QUE o depoente não tem certeza se o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), constante de um dos e-mail acima mencionados, foi o valor que efetivamente fechou com HOMERO pela sua parte (elétrica); (...) QUE o depoente fez toda a parte elétrica do galpão e, ao final, ficou achando estranho porque não tinha como indicar uma pessoa física ou jurídica para a CEB; (...) QUE entregou a obra, encerrando toda a sua participação e o galpão não foi ligado por conta desse problema; QUE estruturalmente estava tudo pronto, faltando apenas resolver a questão da CEB; QUE não sabe dizer como resolveram isso, porque hoje, com o conhecimento que tem, sabe que o transformador que existia na proximidade jamais suportaria a carga utilizada pela DPOE e pelo galpão, até porque já caía muito a energia na DPOE sem o galpão estar ligado; QUE era o HOMERO que fazia os pagamentos para o depoente, mas sabe que “havia gente por trás”; QUE percebeu isso porque houve momentos na obra em que vieram pessoas para olhar o andamento da obra e era claro que eram autoridades, já que chegavam com muitas pessoas, como se fosse um aparato de segurança; QUE essas pessoas nunca se dirigiam aos trabalhadores; QUE havia uma arquiteta também, que ou havia contratado o HOMERO ou era sócia dele; QUE ela chegava



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

em um “carrão”; QUE não se recorda o nome dessa arquiteta, porém se falarem, é possível que lembre, pois ouviu o nome dela quando o HOMERO principalmente conversava com ela; QUE *apresentado 3 nomes para o declarante, CECÍLIA, LUANA e DÉBORA, descartou de plano Cecília e Luana e falou que acredita que é DÉBORA*; QUE essa arquiteta foi várias vezes à obra; QUE o depoente colocou toda a fiação e interruptores, não se recordando se chegou a colocar as lâmpadas; QUE acredita que o valor gasto no material utilizado para o serviço realizado pelo depoente e por seu pai foi em torno de cem a cento e cinquenta mil reais; QUE o material foi basicamente o da parte elétrica (fios, disjuntores e interruptores) mais piso, tijolo, cimento, areia, portas, janelas e tinta; QUE o pai do depoente instalou as portas e janelas também; (...) QUE durante a obra o HOMERO convidou o depoente e seu pai para olharem um bloco no CDP em que ele iria fazer uma reforma; QUE o depoente e seu pai foram e fizeram um orçamento; QUE acha que neste dia a arquiteta Débora estava; QUE foram até o local e viram que teria que quebrar muita coisa e fazer novos compartimentos; QUE o depoente percebeu que seriam celas, inclusive porque as paredes seriam feitas em concreto; (...) QUE uma parede de concreto seria claramente para a construção de uma cela; QUE o custo de uma parede de concreto é bem mais alto do que o de uma parede tradicional; QUE o HOMERO explicou o que pretendiam e entregou dois rascunhos; QUE o depoente tentará localizar estes rascunhos e se conseguir, entregará aqui neste Núcleo; QUE, quanto ao bloco que seria reformado, lembra que tinha uma parte que era o arquivo que seria transferido para a obra de cima (galpão) e em um outro lado tinha umas celas; QUE acredita que a reforma seria no bloco todo, nos dois lados; QUE lembra que orçou um valor alto, pois tinha que quebrar muita parede e havia várias partes de concreto, o que é muito mais difícil de quebrar; QUE o orçamento girou em torno de 200 a 300 mil reais de mão de obra; QUE não sabe precisar quanto se gastaria de material, mas sabe que seria um bom dinheiro; QUE o HOMERO tinha pressa, sendo necessária mais mão de obra, pois o prazo era curto; QUE o HOMERO não gostou; QUE não fecharam o serviço; (...).



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

A contratação da máquina BOBCAT foi ainda confirmada pela proprietária da sociedade empresarial (DOCUMENTO 42), com a observação de que o operador da máquina, Wanderson da Silva Ribeiro, deveria procurar justamente o acima citado Felipe, fato corroborado pelas listas de pessoas que trabalhariam na obra fornecidas por HOMERO quando ele passou a ser cobrado pela DPOE, nas quais no dia 24 de setembro consta exatamente o nome do referido trabalhador (DOCUMENTO 43).

E ainda há enorme probabilidade de que o requerido LUIZ ESTEVÃO tenha sido o responsável pela perfuração, instalação dos pilares e a cobertura do galpão, somente concretizável com caminhão munck, como se depreende da cronologia estabelecida no item 2.3 do laudo 100/16 (DOCUMENTO 44).

De fato, a montagem da estrutura ocorreu depois de 6 de julho e antes de 11 de agosto, período imediatamente anterior ao início do trabalho do mestre de obra e sua equipe, pois o orçamento da parte elétrica havia sido fornecido por Jhonata em 11 de agosto de 2013 (como se depreende do e-mail 6, anexo às suas declarações), sendo que seu pai já estava trabalhando no local, como registrou: “QUE quando já estavam fechando as paredes e precisava descer os conduítes para interruptores, é que seu filho JHONATA fechou o preço da parte elétrica” (DOCUMENTO 40, referido).

Não faria qualquer sentido disponibilizar um caminhão munk e toda estrutura de forma dissociada de todo restante do galpão, sobretudo quando sequer as pessoas na DPOE tivessem ciência disso, tanto que em resposta o Diretor registrou: “Por oportuno, informo ainda que segue a documentação impressa nos anexos. Esclareço que o galpão objeto das informações foi inteiramente construído, não tendo sido feito, portanto, nenhum tipo de reforma (DOCUMENTO 45).



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

A hipótese de mera reforma somente seria razoável caso a estrutura estivesse colocada há bastante tempo e por qualquer razão não houvesse sido continuada a obra, estando ela abandonada, sendo então continuada pelo contratado do requerido LUIZ ESTEVÃO, que não se limitaria a colocar alvenaria como por este sustentado.

Inverdades no depoimento do requerido LUIZ ESTEVÃO também se constata em relação à reforma do bloco 5 não só pelas declarações das testemunhas, de Débora e de Homero, como pela simples verificação dos equipamentos alugados para utilização no local e dos materiais empregados, afigurando-se incontestável ter ela abrangido os dois blocos, com criação de pátio exclusivo para ala em que o ex-Senador permaneceria sozinho por alguns meses e atualmente se encontra, consoante evidencia o item 2.4 do laudo 100/16 (DOCUMENTO 44, referido).

No que concerne aos serviços, houve aluguel, a partir de novembro de 2013, de uma betoneira e mais de 50 caçambas para retirada de entulho e, em relação aos materiais, há comprovação ao menos do emprego de aproximadamente **14 toneladas de cimento**, 1.442 litros de tinta, 223 sacos de aglomerado, 15 colunas de ferro, 82 rolos de cabo flexível e 132 metros de cabos condutores revestidos (cabo NAX), 105 caixas de luz, 265 joelhos de esgoto, além de itens incomuns para as demais celas do complexo prisional, tais como 33 louças sanitárias e respectivos assentos plásticos, 23 torneiras, 19 portas, 16 portais, 52 lâmpadas, 48 plafons e 9 pias (DOCUMENTOS 38-A, B, C e D, referidos).

Houve ainda pelos menos três entregas de vidros, no valor de R\$ 11.400,00 (onze mil e quatrocentos reais – DOCUMENTO 38-B, referido).

Portanto, está comprovado que o senhor LUIZ ESTEVÃO, em conluio com a cúpula da SESIPE e o diretor do Centro de Detenção Provisória,



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

determinou a uma arquiteta empregada de seu grupo econômico a contratação de uma sociedade empresarial sem sede própria e funcionários, com endereço falso, para construir um galpão e executar a reforma de um espaço em bloco específico, de modo a não só tornar a cela que ocuparia deveras melhor que as demais do complexo prisional, como lhe garantir uma forma de cumprir sua pena com diversas facilidades, inclusive com um pátio de banho de sol exclusivo para sua ala, como adiante se explicitará.

DAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O PODE-DEVER ESTATAL DE PUNIR

O monopólio da força pelo Estado é uma das características que distinguem as sociedades civilizadas, justamente por impedir a barbárie, como ilustra o eminente administrativista MARÇAL JUSTEN FILHO⁷:

1.6.2 A necessidade do monopólio da violência pelo Estado

O monopólio da violência pelo Estado é essencial para a realização dos direitos fundamentais. Trata-se da única solução admissível. A ausência de absorção da violência pelo Estado equivale a “lei da selva”, em que o mais forte se impõe sobre o mais fraco. **O monopólio da violência pelo Estado destina-se a assegurar que a força seja utilizada segundo critérios predeterminados, e de modo a preservar os direitos fundamentais do conjunto dos sujeitos.** (Grifou-se).

Consequência do monopólio da força pelo Estado, não há meramente o direito de punir (*jus puniendi*) aqueles que não se submetem às regras democraticamente estabelecidas e sim um dever estatal, tornando-se inadmissível que um indivíduo ao qual foi imposta pena possa definir ou mesmo conformar as condições de seu cumprimento, sob pena de fragilização do Direito Penal como instrumento do

⁷ *Curso de Direito Administrativo*. 10 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, p. 97.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

controle social formal. Transcreva-se, por oportuno, doutrina do ilustre Professor da Faculdade de Direito de Minas Gerais SÉRGIO LUIZ SOUZA ARAÚJO⁸:

“Como a sociedade, assim entendida, é uma entidade abstrata, a função que lhe cabe, de reprimir as infrações penais, permanece em mãos do Estado, que a realiza por meio dos seus órgãos competentes. O jus puniendi pertence, pois, ao Estado, como uma das expressões mais características da sua soberania. Observe-se, contudo, que o jus puniendi existe in abstracto e in concreto. Quando o Estado, por meio do Poder Legislativo, elabora as leis penais, cominando sanções àqueles que vierem a transgredir o mandamento proibitivo que se contém na norma penal, surge para ele o jus puniendi num plano abstrato e, para o particular, surge o dever de abster-se de realizar a conduta punível. **Todavia, no instante em que alguém realiza a conduta proibida pela norma penal, aquele jus puniendi desce do plano abstrato para o concreto, pois, já agora, o Estado tem o dever de infligir a pena ao autor da conduta proibida.** Surge, assim, com a prática da infração penal, a ‘pretensão punitiva’. Desse modo, o Estado pode exigir que o interesse do autor da conduta punível em conservar a sua liberdade se subordine ao seu, que é o de restringir o jus libertatis com a inflicção de pena. A pretensão punitiva surge, pois, no momento em que o jus puniendi in abstracto se transfigura no jus puniendi in concreto.” (TOURINHO FILHO, 1989, p. 12-13)”.

Por certo, à margem de qualquer procedimento estatal legítimo e ocultando essa informação do Poder Judiciário e do Ministério Público, o acordo entre agentes públicos e um condenado para reforma de um bloco, com objetivo de deixar a cela em que irá cumprir pena a seu gosto, impondo-se a mudança de todo arquivo do sistema prisional do local, lembra marco histórico da criminalidade moderna, quando Pablo Escobar construiu *La Catedral*, sua própria prisão na Colômbia, a simbolizar o

⁸ Conceito e Características do Processo Penal . In Revista Duc In Altum – Caderno de Direito, vol. 5, nº 8, jul-dez 2013. | 271



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

reconhecimento pelo Poder Constituído de sua impotência para enfrentar uma espécie de Estado Paralelo ali instalado, situação inaceitável na atual quadra histórica brasileira.

Frustrar esse poder estatal, permitindo ao preso assumir o controle de sua pena é vulnerar a própria concepção de Estado e seu monopólio da força.

Tecidas tais considerações, mostra-se importante contextualizar a reforma e o conseqüente ambiente prisional criado em comparação ao restante da massa carcerária.

DA SITUAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL DO DISTRITO FEDERAL E DO
DESCASO COM O RESTANTE DA MASSA CARCERÁRIA

Antes de qualquer argumentação é importante fazer a mera contraposição de fotos das demais celas que não recebem presos “ilustres” e das existentes após a reforma promovida por quem dela se beneficiaria:

Entrada do bloco 5.



Entrada do bloco 6.





MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

Cela do bloco 5.



Cela do bloco 1.



Poder-se-ia considerar desnecessário tecer mais considerações sobre a diferença de tratamento entre os presos ocupantes do local reformado e o restante da massa carcerária, porém convém mencionar outras distinções significativas.

Inicie-se pelo regime de visitação. As visitas no complexo prisional da papuda ocorrem às quartas e quintas-feiras, inclusive na mesma unidade em que está o bloco em questão, formando-se filas quilométricas e gerando diversas reclamações



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

pela demora (obrigando familiares a madrugarem no local) – motivando a instauração de procedimento interno pelo Ministério Público (autos 08190.241378/14-61) – assim como em relação à revista íntima, considerada necessária em consequência da grande quantidade de pessoas para os poucos *scanners* corporais, levando a Defensoria Pública a ajuizar ação civil pública para acabar com tal revista (julgada improcedente em primeiro grau de jurisdição, autos 2015.01.1.074670-7).

Especificamente para esse bloco, entretanto, instituiu-se a sexta-feira como dia de visitação, amenizando claramente esses transtornos exclusivamente para os privilegiados visitantes do bloco reformado.

Não é demasiado lembrar que o juízo da vara de Execuções Penais já havia constatado ferir a isonomia a instituição de dia de visitação diferenciado (DOCUMENTO 46):

“Ante os termos da reunião realizada nesta data com o Poder Executivo local, mais especificamente com o Exmo. Sr. Secretário de Estado de Segurança Pública, com o Ilmo. Sr. Subsecretário do Sistema Penitenciário e com o Ilmo. Sr. Coordenador-geral do Sistema Penitenciário, bem como ante a necessidade de conferir concretude à decisão anterior desta própria Vara de Execuções Penais do DF, especialmente no que concerne ao restabelecimento da harmonia no sistema prisional e em atenção ao princípio constitucional da igualdade, DETERMINO, com fundamento no art. 66, inciso VII, da Lei de Execuções Penais:

i, a **SUSPENSÃO**, a partir de 05 de dezembro de 2013, de qualquer visitação de internos do sistema prisional local, fora dos dias ordinários (4ª e 5ª feira), até ulterior decisão deste Juízo. Oficie-se e comunique-se imediatamente, inclusive via fac-símile, à Secretaria de Estado de Segurança Pública – SSP, à SESIPE e às Direções das Unidades Prisionais.”



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

Por outro lado, a superlotação carcerária é um dos mais graves problemas que afligem o sistema penal brasileiro. Em junho de 2014, quando foram divulgados os últimos dados pelo Ministério da Justiça, o país contava com 607 mil presos e um déficit de 231 mil vagas⁹ (aproximadamente 1,6 presos para cada vaga).

A situação foi recentemente classificada como “endêmica” pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ricardo Lewandowski¹⁰ e foi um dos fatores que ensejaram o deferimento em parte de liminar na ADPF 347, na qual se pede a declaração do estado de coisas inconstitucional do sistema penitenciário brasileiro.

No Distrito Federal, o quadro não é diferente. De acordo com a resenha diária da SESIPE, de 19/07/16, tendo em conta a interdição do bloco III do CPP, as unidades prisionais do DF dispõem de 6604 vagas ao todo para 15.222 presos (mais de 2,3 presos por vaga) e, especificamente no CDP, há 1646 vagas para 4119 presos, ou seja, pouco mais de 2,5 presos para cada vaga, estando todos os blocos com excesso de internos, **exceto o da reforma**, com 180 vagas e sendo ocupado por apenas 120 presos (DOCUMENTO 47).

Como se depreende do relatório pericial 100/2016 (DOCUMENTO 44, referido) e da lista de internos (DOCUMENTO 48), o requerido LUIZ ESTEVÃO está alocado na cela 4, ala B, juntamente com Henrique Pizzolato e Ramon Hollerbach Cardoso, configurando uma taxa de ocupação de 50% da capacidade do local, enquanto celas das alas A e C de outro bloco ostentam índices respectivamente de 400% e 933% respectivamente.

⁹ Levantamento disponível em <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/brasil-possui-a-quarta-maior-populacao-prisonal-do-mundo-7555.html/relatorio-infopen/view>

¹⁰ Disponível em <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/79955-audiencias-de-custodia-interferem-na-superlotação-e-nas-mortes-em-presídios>, acesso em 1/2/2016.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

Confira-se, a propósito da superlotação, trecho constante de pedido de liminar formulado pelo Ministério Público na ação civil pública 2015.01.1.089140-8, no qual se reproduz diagnóstico do problema produzido pela própria Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania (DOCUMENTO 49):

Outrossim, convém destacar ponto do relatório final do diagnóstico do sistema prisional realizado pela própria Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania (DOCUMENTO 13):

'De fato, é indiscutível o estado de superlotação das unidades carcerárias que compõem o Sistema Prisional do Distrito Federal, sem perspectiva de solução a curto e médio prazo; (...) **é inafastável o fato de que a superpopulação carcerária não permite a alocação de espaço minimamente para o interno dormir, havendo situações, como narrado e registrado, que, por absoluta falta de espaço, o preso se vê na constrangedora e insalubre situação de colocar seu colchão nas proximidades do aparelho sanitário para poder dormir; é inegável que a impossibilidade de realizar adequada classificação e separação dos presos por gravidade do crime leva à indesejável situação de convivência no mesmo espaço carcerário de presos de menor periculosidade com presos de maior periculosidade.**' (Grifou-se).

Embora já choque a situação transcrita, explicita-se haver situações – também narradas e registradas – de celas em que os presos devem revezar para dormir, pois não há espaço para todos deitados, gerando relatos de comércio de camas (DOCUMENTO 14) e tendo o próprio Diretor da PDFII registrado: “a dificuldade que encontramos para adoção de medidas que contribuem com a ressocialização dos internos está ligada à superlotação da unidade” (DOCUMENTO 15). Finalmente, **em oito de janeiro de 2016**, em inspeção no Centro de Detenção Provisória, Promotoras do Ministério Público colheram declarações informando sobre



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

celas com capacidade para quatro presos estarem com vinte e dois (DOCUMENTO 16).

O relatório pericial 74/15 da divisão de perícias externas do Ministério Público constatou, no bloco 1, celas: I) com capacidade para duas pessoas com vinte a ocupando (ala A), II) com capacidade para 8 com 42 internos ali alocados (ala C) e no bloco 2: cela com capacidade para 8 com 44 reeducandos (ala A) etc (DOCUMENTO 50).

Recentemente, no dia 27 de julho de 2016, subscritores da presente ação compareceram pessoalmente ao Centro de Detenção Provisória, mesma unidade em que houve a reforma, e verificaram continuar grave a situação: **celas para 12 presos com até 57 pessoas, mesmo após a recente inauguração do bloco 6.**

A situação é tão degradante que em determinadas celas tem-se a impressão – paradoxalmente à escassa circulação de ar – que o intenso odor vem em uma espécie de lufada penetrar as narinas e impregnar até mesmo as roupas de quem passa pelo corredor de acesso.

Aliás, em pedido de interdição progressiva de áreas do CDP formulado pelo Ministério Público (autos 0007598-32.2016.807.0015), registrou-se na petição inicial a aviltante situação de presos de determinada ala em virtude de problemas na rede de esgoto (DOCUMENTO 51):

“Nessa linha, em recente visita àquela unidade prisional, membros do Ministério Público constaram a aviltante situação da ala D do bloco I, em especial no tocante à rede de esgoto, consoante fotografias ora anexadas (DOCUMENTO 4), a demonstrar as condições sub-humanas em que vivem os internos do CDP.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

Tais circunstâncias levaram ao acolhimento do pedido de liminar, sendo conveniente transcrever trecho da decisão (DOCUMENTO 52):

Por outro lado, registro que durante a realização de inspeções mensais, constatei a precariedade das condições da Ala D do Bloco I do CDP, sendo oportuno registrar que o último episódio de fuga coletiva de presos aconteceu exatamente naquela Ala, cujas instalações hidrossanitárias estão bastante comprometidas, com as celas expostas à umidade e ao mau cheiro constante.

Nos autos 0011128-44.2016.807.0015, a Secretaria de Segurança também narrou situação degradante em outra unidade, o Centro de Progressão Penitenciária (CPP), em razão da falta de vagas (DOCUMENTO 53):

“ Ainda, é de bom alvitre informar que, devido à diminuição das 625 (seiscentas e vinte e cinco) vagas dessa unidade prisional, consequentemente houve a sua superlotação dos Blocos I e II, o que gerou impactos na situação vivencial dos custodiados, como, por exemplo, o fato de terem de dormir nos espaços entre os beliches e também o fato de que, durante a noite, todos os que dormem na parte da frente dos blocos ficam impossibilitados de usar os banheiros, os quais se localizam na parte traseira do bloco, pois o sentenciado não tem por onde passar, tendo que fazer suas necessidades fisiológicas de forma improvisada, conforme o relatório encaminhado a esta gerência pelo Diretor do Estabelecimento Prisional em questão, o qual segue anexo.

Desse modo, não é necessário grande esforço de compreensão para concluir-se que **cada vaga** criada no sistema prisional é importantíssima para amenizar a superlotação, tornando-se ainda mais grave praticar atos administrativos que militem contra essa premissa, fato obviamente ocorrido quando se faz uma ampla reforma de



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

determinado espaço para abrigar poucos privilegiados em espaço que comportaria quantidade significativamente maior de presos.

Apenas como parâmetro, confira-se a estimativa de um dos próprios requeridos acerca de quantos presos o local reformado poderia abrigar: *“QUE o depoente, particularmente, era contra a saída dos ex-policiais para o CDP, pois queria utilizar o bloco 5 para abrigar 600 presos”* (DOCUMENTO 21, referido).

Ao invés de 600 presos, os requeridos inseriram apenas 5 pessoas, todas detentoras de poder político/econômico, alocando o ex-senador LUIZ ESTEVÃO ali sem autorização judicial e o mantendo praticamente quatro meses sozinho em uma ala inteira, ocasião em que lhe permitiram sair do complexo ilicitamente, ensejando a ação de improbidade administrativa 0017045-12.2015.4.01.3400.

Houve, em verdade, uma estratégia deliberada de ludibriar o Poder Judiciário e o Ministério Público, razão pela qual jamais se poderá considerar qualquer atenuação ao comportamento deles pelo fato de, posteriormente, ter uma decisão judicial permitido a existência da ala de vulneráveis e de ex-policiais após a reforma.

Ora, a concordância judicial aconteceu simplesmente porque houve a apresentação de requerimentos por parte da Subsecretaria do Sistema Prisional justificando a criação dessas alas como uma questão técnica, uma preocupação com a higidez do sistema penitenciário, em um espaço reformado sem qualquer conhecimento do Poder Judiciário sobre os motivos e a mando de quem.

Enfatize-se, novamente sem qualquer consideração sobre quem promoveu a reforma, o Subsecretário protocolou duas petições em juízo, simultaneamente, no dia 21/07/14, das quais uma delas possuía data em seu cabeçalho



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

de 25 de junho de 2014 (DOCUMENTO 54) e a outra, a data de 8 de julho de 2014 (DOCUMENTO 55).

Na primeira, solicitava a transferência para o CDP dos ex-policiais, ex-serventuários do sistema penitenciário, ex-serventuários da justiça etc e mencionava laconicamente que “foi reformada uma nova ala com a finalidade de alocar os aludidos internos que causam vulnerabilidade ao Sistema...”

Na segunda, já se almejava implantar uma ala de vulneráveis no “bloco destinado a ex-policiais, ex-serventuários do Poder Judiciário e da Administração Prisional”, como se o bloco já estivesse destinado a tais pessoas, cuja transferência estava justamente sendo solicitada na outra petição, simultânea. Nesta, curiosamente, já se menciona que “foi reformado um bloco com a finalidade de alocar os aludidos internos...”.

Toda essa confusão novamente visava diluir a clara personalização da atividade administrativa, de modo a privilegiar o ex-Senador e outras pessoas que trouxessem dividendos políticos para os requeridos.

Com efeito, fazia-se parecer ao juízo se tratar de questão técnica, uma opção administrativa de alocação de presos sem qualquer tipo de pessoalização, e não todo um intrincado sistema para privilegiar uma pessoa em especial e, aproveitando o ensejo, favorecer outras pessoas detentoras de poder político/econômico, bem como ex-policiais, já que os requeridos são todos Delegados de Polícia e visavam satisfazer interesses corporativos, de modo a auferir dividendos políticos, como se abordará posteriormente.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

De todo modo, a ilustre magistrada condicionou a alocação de qualquer preso na “ala de vulneráveis” à prévia decisão judicial, com oitiva do Ministério Público e da Defesa (autos 0025670-38.2014.807.0015 – DOCUMENTO 56):

2. DEFIRO o pedido contido no Ofício n. 1800/2014-GCAP/SESIPE, de 08 de julho de 2014, a fim de autorizar a implantação da Ala de Presos Vulneráveis no CDP. Deverão ser alocados na referida Ala presos que não possuam condições de permanecer junto à massa carcerária comum, em virtude da existência de risco concreto à sua integridade física ou à segurança e estabilidade do sistema penitenciário, tendo em vista a natureza ou a repercussão dos crimes que cometeram ou mesmo sua condição pessoal. **A transferência deverá ser efetivada somente com autorização expressa e por escrito deste Juízo**, mediante apresentação de justificativa baseada em manifestação da gerência de segurança ou de inteligência da administração penitenciária, **ouvido o Ministério Público e a Defesa**.

Na sequência, em 27 de setembro de 2014, sábado, o ex-Senador LUIZ ESTEVÃO foi preso em Brasília e recambiado para São Paulo e, na segunda-feira, dia 29 de setembro de 2014, o requerido JOÃO HELDER RAMOS FEITOSA recebeu os advogados dele, que lhe apresentaram ao menos duas petições idênticas requerendo, de forma não usual, que ele oficiasse diretamente ao Juízo da 1ª Vara Criminal de São Paulo para comunicar a existência de vaga no sistema penitenciário do Distrito Federal para receber o preso.

Enquanto ele registrou apenas o recebimento em uma das petições apresentadas (DOCUMENTO 57), justamente a que foi trazida inicialmente para conhecimento da Vara de Execuções Penais do DF, na outra registrou “Defiro. À GCDP para informar” e, em seguida, “D. Em tempo: À GI para manifestação”, sendo possível



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

inferir remessa à gerência de inteligência para manifestação (DOCUMENTO 58), cabendo ressaltar, no entanto, que, **nesse mesmo dia 29/09/14**, ele já oficiou **diretamente** ao juízo da 1ª Vara Criminal de São Paulo para comunicar a existência de vaga no sistema penitenciário do Distrito Federal para receber o preso, como demonstra o fax anexado (DOCUMENTO 53), além de três dias depois complementar a informação dizendo que seria para cumprimento em regime semiaberto (DOCUMENTO 54).

A dissonância com o procedimento de deprecação de cumprimento de pena foi tão clara que, quando os advogados formularam requerimento na Vara de Execuções Penais do Distrito Federal, trazendo toda documentação, a eminente Julgadora extinguiu o feito, salientando (DOCUMENTO 55):

“Nessa linha de raciocínio, é inegável que este Juízo somente poderá deliberar a respeito da existência ou não de vaga junto ao sistema prisional deste Distrito Federal ou em que presídio específico o requerente cumpriria sua pena, se o Juízo competente, qual seja, da 2ª Vara de Execuções Criminais de Taubaté/SP, for acionado e, analisando os argumentos expendidos no que tange ao local de residência familiar do preso, deferir e solicitar vaga para declinação de competência e consequente deprecação da pena para cá.”

Nesse ínterim, o requerido CLAUDIO DE MOURA MAGALHÃES, em consonância com a anteriormente transcrita decisão do Juízo da Vara de Execuções que deferira a criação da ala de vulneráveis, requereu, **em 7/10/14**, a alocação de quatro pessoas (DOCUMENTO 56), todas detentoras de poder político econômico, na ala em questão: NATAN DONADON (Deputado), CRISTIANO DE MELLO PAZ (ação penal 470), RAMON HOLLERBACH CARDOSO e JOSÉ



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

CARLOS ALVES DOS SANTOS (preso pelo episódio “dos anões do orçamento” e pelo assassinato da esposa).

No entanto, **de forma diversa**, como consta do Sistema Integrado de Administração do Sistema Penitenciário (SIAPEN), os requeridos alocaram diretamente o reeducando LUIZ ESTEVÃO na ala em 28/10/14, **sem autorização expressa e por escrito do juízo**, como determinava a anteriormente transcrita decisão do Juízo da Vara de Execuções que deferiu a criação da ala de vulneráveis (DOCUMENTO 57).

Obviamente, o trato feito entre os requeridos não permitiria que o reeducando LUIZ ESTEVÃO começasse a cumprir sua pena em qualquer outra ala que não fosse a por ele reformada.

Outrossim, em um sistema penitenciário no qual se chega ao ponto de os presos fazerem suas necessidades fisiológicas no exato ponto da cela onde estão por absoluta falta de espaço (entre os colchões jogados ao chão para os demais dormirem) para transitar até o compartimento adequado para tanto, os requeridos solicitaram alocação de apenas 4 pessoas em uma ala que comportaria no mínimo 60 presos, nos termos da Resolução 2/11 do CNPCP, perspectiva utópica para a realidade contemporânea aos fatos e vigente nos dias de hoje.

A situação somente mudou quando o Ministério Público expediu a Recomendação 4/15 para lotação de outros presos, sob pena de ajuizamento de ação de improbidade (DOCUMENTO 58).

A conclusão não é outra senão a de que os requeridos pretenderam sorrateiramente – ferindo o princípio da publicidade, art. 37, *caput*, da Constituição



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

Federal, de modo desleal às Instituições (art. 11, caput, da Lei 8.429/92), beneficiar mais diretamente uma pessoa específica, frustrando completamente o princípio da impessoalidade (art. 37, caput, da Lei Maior), além de indiretamente outras que lhes rendem força política.

DA SUBSUNÇÃO DAS CONDUITAS

Preceituam os arts. 4º e 11 da Lei 8.429/92:

Art. 4º Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.

Art. 11. **Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública** qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, **imparcialidade, legalidade, e lealdade** às instituições, e notadamente:

(...)

IV - negar publicidade aos atos oficiais; (Grifou-se)

Diante dos tópicos anteriores, o conluio estabelecido entre os requeridos e toda a intrincada manobra utilizada para escamotear o fato de que o reeducando LUIZ ESTEVÃO reformou o local em que cumpriria sua pena, à margem de qualquer procedimento formal e sem nenhum esclarecimento ao Juízo da Execução Penal e ao Ministério Público, atenta, a um só tempo, contra todos os princípios da Administração Pública previstos no art. 37 da Constituição Federal: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

Inicialmente, seria difícil imaginar um conjunto de atos que vulnerasse com tamanha intensidade a impessoalidade.

Determinar a remoção de todo o arquivo do sistema prisional, com realocação de servidores e mudança de local do almoxarifado, para possibilitar que o requerido LUIZ ESTEVÃO fizesse uma ampla reforma estrutural e criasse ambiente privilegiado para o cumprimento de sua pena, significa a completa quebra da impessoalidade da atividade administrativa. Sobre o tema, confira-se a lição de Cícero, reproduzida pelo doutrinador EMERSON GARCIA¹¹:

“Ainda em torno da impessoalidade, vale lembrar a lição de Cícero: “Quem quiser governar deve analisar estas duas regras de Platão: uma, ter em vista apenas o bem público, sem se preocupar com a sua situação pessoal; outra, estender suas preocupações do mesmo modo a todo o Estado, não negligenciando uma parte para atender à outra. Porque quem governa a República é autor que deve zelar pelo bem de seu pupilo e não o seu: aquele que protege só uma parte dos cidadãos, sem se preocupar com os outros, introduz no Estado o mais maléfico dos flagelos, desavença e a revolta”

A lição se amolda perfeitamente aos agentes públicos em questão, que, de forma completamente pessoalizada, empenharam-se em dar melhores condições para alguns poucos e relegaram todo restante da massa carcerária a condições subumanas de cumprimento de pena.

É importante mencionar ter o Ministério Público solicitado inúmeras vezes diversas medidas para melhorar a situação carcerária dos diversos presos e praticamente nunca foi atendido, ainda que minimamente, pois para os demais

¹¹ GARCIA, Emerson & ALVES, Rogério Pacheco. *Improbidade Administrativa*. 4 Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, p. 51.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

presos não há urgência ou é imprescindível a adoção de rigores formais que deliberadamente se transformam em entraves insuperáveis para eventuais melhorias.

Não se está a sustentar a criação de um verdadeiro *resort* com a reforma promovida, contudo, diante da situação do restante do complexo prisional, tranquilamente é possível considerar ter se tornado o local uma ilha de salubridade.

A intenção de diferenciação era tanta que foram trazidos servidores diretamente da Subsecretaria do Sistema Penitenciário para trabalharem no local, que passou a ser administrado pelos agentes públicos requeridos conjuntamente.

Por outro lado, tendo as tratativas ocorrido de forma oculta, houve clara negação de publicidade a todos os atos oficiais que a viabilizaram, em especial a determinação para a realização da mudança de todo o material físico do Núcleo de Arquivo (NUARQ) e das pessoas para outros locais, bem como o da permissão de ingresso da arquiteta funcionária do requerido LUIZ ESTEVÃO e o outro arquiteto que ela subcontratou, acompanhado de sua equipe e dos materiais que chegavam normalmente em caminhões, no sistema prisional.

Ademais, caracteriza claramente violação ao dever de lealdade às Instituições omitir do Poder Judiciário e do Ministério Público quem estava promovendo a reforma.

Enfatize-se que não se está a exigir sequer um comportamento proativo de comunicação, pois, como atestado anteriormente, a SESIPE foi intimada pelo Poder Judiciário e o requerido CLAUDIO DE MOURA MAGALHÃES, na qualidade de Subsecretário do Sistema Prisional, fez as considerações anteriormente transcritas, no sentido de que seria necessário tomar todas as providências, inclusive de



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

elaboração de projeto, para realizar a licitação para execução das obras, enquanto o plano de reforma determinada pelo condenado já estava em curso, **inclusive tendo sua empregada arquiteta ido ao local no dia seguinte à resposta encaminhada à VEP, não havendo, tampouco, qualquer comunicação posterior sobre isso.**

Também não se pode cogitar de respeito à legalidade na situação em que a reforma foi levada a cabo à margem de qualquer procedimento estatal legítimo. Não é demais rememorar lição do eminente jurista austríaco Kelsen, reproduzida por EMERSON GARCIA¹²:

“Nas palavras de Kelsen (teoria geral do direito e do estado, p 376), 'um indivíduo atua como órgão do estado apenas na medida em que atua baseado na autorização conferida por alguma norma válida. Esta é a diferença entre o indivíduo e o estado como pessoas atuantes, ou seja, ente o indivíduo que não atua como órgão do estado e o indivíduo que atua como órgão do estado. Um indivíduo que não funciona como órgão do estado tem permissão para fazer qualquer coisa que a ordem jurídica não tenha proibido de fazer, ao passo que o estado, isto é, um indivíduo que funciona como órgão do estado, só pode fazer o que a ordem jurídica o autoriza a fazer. É, portanto, supérfluo, do ponto de vista da técnica jurídica, proibir alguma coisa a um órgão do estado. Basta não autorizá-lo. Se um indivíduo atua sem autorização da ordem jurídica, ele não mais o faz na condição de órgão do estado.' Acrescenta, ainda, que 'é preciso proibir um órgão de efetuar certos atos apenas quando se deseja restringir uma autorização prévia' (p. 377)”.

Não há como sustentar haver norma sequer a permitir que um condenado possa reformar cela na qual irá cumprir pena, sobretudo sem o conhecimento do Poder Judiciário e do Ministério Público.

¹² GARCIA, Emerson & ALVES, Rogério Pacheco. *Improbidade Administrativa*. 4 Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, p. 65.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

Outrossim, todo o conluio estabelecido entre os gestores públicos e o condenado frustraram significativamente a moralidade administrativa, pois tinha clara intenção de beneficiá-lo diretamente e a outras pessoas indiretamente, de acordo com interesses políticos daqueles.

Com efeito, era extremamente conveniente para os requeridos beneficiar o ex-senador LUIZ ESTEVÃO, bem como outros detentores de poder político/econômico e ex-policiais (de modo a agradar sindicatos/associações), para auferir “dividendos políticos”, em especial para serem nomeados para cargos de livre nomeação e exoneração, que tanto almejam.

Com efeito, o requerido CLÁUDIO DE MOURA MAGALHÃES foi segundo colocado na lista tríplice apresentada ao Governador para o cargo de Diretor-Geral da Polícia Civil e desde 2009 apenas exerce cargos de livre nomeação e exoneração: Assessor Especial da Assessoria de Assuntos Institucionais da PCDF, Secretário Executivo da Direção Geral da PCDF, Assessor da Academia da Polícia Civil, Subsecretário da Sesipe, cargo em comissão da Comissão Permanente de Disciplina da Direção Geral da PCDF e chefe da Assessoria da Direção Geral, da PCDF (DOCUMENTO 59)

Na mesma linha, JOÃO HELDER RAMOS FEITOSA desde 2011 não atua como Delegado: cargo em comissão vinculado ao gabinete da Presidência da CODEPLAN, assessor de gabinete da SSP/DF, Diretor-Geral/Coordenador Geral da SESIPE, Coordenador-Geral da SESIPE, Presidente do Conselho de Trânsito do DF (DOCUMENTO 60)

E, ainda, MURILO JOSÉ JULIANO DA CUNHA, desde 2008, exerceu as funções de: Diretor de Divisão de Gerências de Concursos da Academia de



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

Polícia Civil do DF, Diretor-Adjunto da Academia de Polícia do DF, Diretor da Escola Penitenciária do DF (SESIPE), Diretor do Centro de Detenção Provisória e Diretor do Centro de Internação e Reeducação do DF (DOCUMENTO 61).

Percebe-se, assim, a conveniência para os requeridos em satisfazer interesses corporativos e de detentores de poder político/econômico, em nada importando o interesse público, norte seguro para avaliar a moralidade do ato, como demonstra uma vez mais EMERSON GARCIA¹³:

“A intenção, assim, é indício aferidor da moralidade do ato, sendo também verificada a partir da compatibilidade entre a competência prevista na norma e a finalidade pretendida com a prática do ato. Na lição de Manoel de Oliveira Franco Sobrinho¹²⁴, 'a qualidade moral de um ato não deixa de ser para o hermeneuta de fácil constatação. A leitura na norma em face do ato, a eficácia do ato conforme o fato, levam ao conhecimento das situações criadas e das relações estabelecidas. As distorções ficam evidentes. A intenção fica ou não fica clara. O ato afronta ou não a ordem jurídica.' Quanto a situação fática, esclarece que “o fato imaginado, fantasioso, inventado, possivelmente criado, irrelevante para a sociedade, que não exterioriza acontecimento, de gêneses e fins políticos, estranhos às formas aconselhadas pelo direito, tal fato só pode germinar reflexos não morais na ordem jurídica¹²⁵.”

Por fim, convém transcrever julgado do STJ no qual se esclarece que, mesmo quando eventualmente uma determinada conduta por si só não configure o ilícito, é plenamente possível a caracterização da improbidade administrativa por vulneração aos princípios da Administração Pública:

¹³ GARCIA, Emerson & ALVES, Rogério Pacheco. *Improbidade Administrativa*. 4 Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, p. 79.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

Processo REsp 1245765 / MG RECURSO ESPECIAL 2011/0040108-7
Relator(a)Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES (1141) Órgão
Julgador T2 - SEGUNDA TURMA Data do Julgamento 28/06/2011 Data
da Publicação/Fonte DJe 03/08/2011

Ementa

ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CARTA-
CONVITE. MODALIDADE DE LICITAÇÃO INADEQUADA.
LICITANTE VENCEDORA. QUADRO SOCIETÁRIO. FILHA DO
PREFEITO. VIOLAÇÃO AO ART. 11 DA LEI N. 8.429/92.
CARACTERIZAÇÃO. PREJUÍZO AO ERÁRIO. DESNECESSIDADE.

1. Trata-se de ação civil pública por ato de improbidade administrativa ajuizada em face de ex-Prefeito e de sociedades empresárias (postos de gasolina) em razão da contratação alegadamente ilegal dos referidos postos pela Municipalidade. A ação é fundada no art. 11 da Lei n. 8.429/92.

2. Nas razões recursais, sustenta o Ministério Público estadual ter havido violação aos arts. 4º, 11 e 21 da Lei n. 8.429/92, uma vez que (i) fere a moralidade administrativa a contratação de empresa cujo quadro societário conta com filha de Prefeito e (ii) está caracterizada a má-fé na espécie, a teor do fracionamento indevido do objeto licitado e dos diversos favorecimentos pessoais ocorridos.

3. Resumidamente, foram os seguintes os argumentos da instância ordinária para afastar o pedido de condenação por improbidade administrativa formulado pelo recorrente com base no art. 11 da Lei n. 8.429/92: (a) realização de licitação prévia para a contratação; (b) inexistência de prejuízo ao erário; e (c) não-comprovação de dolo ou má-fé dos envolvidos. Trechos dos acórdãos recorridos.

4. Como se observa, os fatos estão bem delimitados pela origem no acórdão da apelação, que foi confirmado pelo acórdão dos embargos infringentes, o que está sujeita a exame nesta Corte Superior é a simples qualificação jurídica desse quadro fático-probatório, não sendo aplicável, pois, sua Súmula n. 7.

5. Em primeiro lugar, é de se afastar o argumento (b), retro, porque pacífico no Superior Tribunal de Justiça entendimento segundo o qual,



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

para o enquadramento de condutas no art. 11 da Lei n. 8.429/92, é despicienda a caracterização do dano ao erário e do enriquecimento ilícito. Confirmam-se os seguintes precedentes: Resp 1.119.657/MG, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 30.9.2009, e REsp 799.094/SP, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJe 16.9.2008.

6. Em segundo lugar, acredito que a análise do argumento (a) está essencialmente ligada ao enfrentamento do argumento (c).

7. Não há como afastar a conclusão da origem no sentido de que, isoladamente, o simples fato de a filha do Prefeito compor o quadro societário de uma das empresas vencedora da licitação não constitui ato de improbidade administrativa.

8. Ocorre que, na hipótese dos autos, este não é um dado isolado. Ao contrário, a perícia - conforme consignado no próprio acórdão recorrido - deixou consignado que a modalidade de licitação escolhida (carta-convite) era inadequada para promover a contratação pretendida, em razão do valor do objeto licitado.

9. Daí porque o que se tem, no caso concreto, não é a formulação, pelo Parquet estadual, de uma proposta de condenação por improbidade administrativa com fundamento único e exclusivo na relação de parentesco entre o contratante e o quadro societário da empresa contratada.

10. No esforço de desenhar o elemento subjetivo da conduta, os aplicadores da Lei n. 8.429/92 podem e devem guardar atenção às circunstâncias objetivas do caso concreto, porque, sem qualquer sombra de dúvida, elas podem levar à caracterização do dolo, da má-fé.

11. Na verdade, na hipótese em exame - lembre-se: já se adotando a melhor versão dos fatos para os recorridos -, o que se observa são vários elementos que, soltos, de per se, não configurariam em tese improbidade administrativa, mas que, somados, foram um panorama configurador de desconsideração do princípio da legalidade e da moralidade administrativa, atraindo a incidência do art. 11 da Lei n. 8.429/92.

12. O fato de a filha do Prefeito compor uma sociedade contratada com base em licitação inadequada, por vícios na escolha de modalidade, são



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

circunstâncias objetivas (declaradas no acórdão recorrido) que induzem à configuração do elemento subjetivo doloso, bastante para, junto com os outros elementos exigidos pelo art. 11 da LIA, atrair-lhe a incidência.

13. Pontue-se, antes de finalizar, que a prova do móvel do agente pode se tornar impossível se se impuser que o dolo seja demonstrado de forma inafastável, extreme de dúvidas. Pelas limitações de tempo e de procedimento mesmo, inerentes ao Direito Processual, não é factível exigir do Ministério Público e da Magistratura uma demonstração cabal, definitiva, mais-que-contundente de dolo, porque isto seria impor ao Processo Civil algo que ele não pode alcançar: a verdade real.

14. Recurso especial provido. (Grifou-se).

Fixado estar subsumido o conjunto de atos comissivos e omissivos praticados pelos agentes públicos ao art. 11, *caput* e inciso IV da Lei de Improbidade Administrativa, tem-se que o requerido LUIZ ESTEVÃO no mínimo concorreu para sua prática, além de deles se beneficiar de forma direta, aplicando-se a ele o art. 3º da mesma norma.

DANO MORAL COLETIVO

A doutrina tem sustentado a possibilidade de configuração de dano moral coletivo em decorrência de atos de improbidade administrativa, como se depreende das seguintes lições:

“A reparabilidade do dano moral na seara dos direitos difusos restou expressamente prevista no artigo 1º, da Lei da Ação Civil Pública, com a redação dada pela Lei 8.884/94 (Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e materiais causados...). Antes mesmo da referida alteração legislativa, a matéria já encontrava expressa previsão no art. 6º, VI, do CDC.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

Evidentemente '... se o indivíduo pode ser vítima de dano moral, não há porque não possa sê-lo a coletividade. Assim, pode-se afirmar que o dano moral coletivo é a injusta lesão da esfera moral de uma dada comunidade, ou seja, é a violação antijurídica de um determinado círculo de valores coletivos. Quando se fala em dano moral coletivo, está-se fazendo menção de fato de que o patrimônio valorativo de uma certa comunidade (maior ou menor), idealmente considerado, foi agredido de maneira absolutamente injustificável do ponto de vista jurídico: quer isso dizer, em última instância, que se feriu a própria cultura, em seu aspecto imaterial.

Temos como indubitosa, deste modo, não só em razão dos sólidos fundamentos jurisprudenciais e doutrinários acima referidos, como também, e, sobretudo, em razão da expressa previsão legal, a possibilidade de formulação de pedido indenizatório de tal natureza, sozinho ou cumulado ao ressarcimento de danos materiais, se existentes, conclusão que se vê confirmada se considerarmos que o conceito de “patrimônio público” não se confunde com o de “erário”.

Também pela própria Lei de Improbidade, cujo art. 12, ao aludir “ressarcimento integral do dano”, não distingue entre dano material ou moral”. (ALVES, ROGÉRIO PACHECO e GARCIA EMERSON. *IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA*, 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005, p. 709-710.)

“...chega-se a conclusão de que o dano moral coletivo é a injusta lesão da esfera moral de uma dada comunidade, ou seja, é a violação antijurídica de um determinado círculo de valores coletivos. Quando se fala em dano moral coletivo, está-se fazendo menção ao fato de que o patrimônio valorativo de uma certa comunidade (maior ou menor), idealmente considerado, foi agredido de maneira absolutamente injustificável do ponto de vista jurídico: quer isso dizer, em última instância, que se feriu a própria cultura, em seu aspecto imaterial.” (BITTAR, CARLOS



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

ALBERTO. *Do dano moral coletivo no atual contexto jurídico brasileiro*. Revista de Direito do Consumidor, vol. 12- Ed. RT,).

“Tal intranquilidade e sentimento de desapareço gerado pelos danos coletivos, justamente por serem indivisíveis, acarretam lesão moral que também deve ser reparada coletivamente. Ou será que alguém duvida que o cidadão brasileiro, a cada notícia de lesão a seus direitos não se vê desprestigiado e ofendido no seu sentimento de pertencer a uma comunidade séria, onde as leis são cumpridas? A expressão popular ‘o Brasil é assim mesmo’ deveria sensibilizar todos os operadores do Direito sobre a urgência na reparação do dano moral coletivo.” (RAMOS, ANDRÉ DE CARVALHO. A ação civil pública e o dano moral coletivo. Revista de Direito do Consumidor, vol. 25- Ed. RT, p. 83).

“São possíveis nos comportamentos caracterizadores de improbidade administrativa e atos contrários à moralidade e aos demais princípios norteadores da administração, podendo ser citados exemplificativamente os casos de dispensa ou fraude de licitação, malversação de dinheiro público [28], utilização da máquina administrativa em proveito próprio ou de grupos [29], realização de publicidade oficial com símbolos pessoais ou de grupos ou de partidos políticos [30], contratação de funcionários sem concurso e fora das hipóteses legais e atos de corrupção e prevaricação.

É visível que tais comportamentos de administradores e funcionários públicos abalam a imagem e a credibilidade do ente público e toda a sociedade, inculcando no povo e nos servidores públicos a falsa idéia de que tudo é possível com o dinheiro e bens públicos, pouco importando a lei ou a moral, disseminando um sentimento de dilapidação do patrimônio e de estímulo a falcatruas, ilegalidades, irregularidades e imoralidades. O contribuinte certamente terá menos interesse



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

em quitar regularmente os impostos, sob o argumento de que o dinheiro será mal gasto, provavelmente o que explica a enorme sonegação, sendo visível que o contribuinte está cansado de pagar tantos tributos [31] sem constatar resultados satisfatórios na administração pública. Uma empresa poderá não se instalar naquele município ou Estado em virtude da má fama do poder público, disseminada pelos comportamentos irregulares dos seus governantes, preferindo outra localidade em que o conceito da administração pública não seja negativo. É inegável que atos de corrupção afetam o ente público.

As lesões à moralidade devem ser reparadas civilmente pelo administrador público, como danos morais, com caráter compensatório e punitivo. Compensam o abalo ou a diminuição da credibilidade da administração pública e punem o infrator pelo ato.

Note-se que os administradores exercem mandato público, decorrente da sua aclamação pelo voto popular. Devem responder civilmente pelos seus desmandos, quando, dolosa ou culposamente, provocarem lesões ao patrimônio público, nos estritos termos do artigo 159, da lei civil, tendo em vista que aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, fica obrigado a reparar o dano. Os bens dos responsáveis pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado, com solidariedade dos agentes (art. 1.518, do Código Civil). O mandatário civil é obrigado a aplicar toda a sua diligência habitual na execução do mandato e a indenizar qualquer prejuízo causado por culpa (art. 1.300, CC) e com maior razão o mandatário eleito pelo voto popular, que na sua posse jurou perante o povo e autoridades cumprir as constituições e as leis do país e agir de acordo com a moral e os bons costumes, juramento considerado quebrado quando ocorridas as situações aqui discutidas e similares, configuradoras de ferimentos aos princípios



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

constitucionais da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e sobre improbidade administrativa.

Portanto, os administradores públicos devem responder por danos morais, com a condenação ao pagamento de indenização, a ser arbitrada [32], em ação civil pública ou em ação popular [33].

Os danos morais e materiais pelos mesmos fatos são cumuláveis, inclusive com a edição da Súmula 37, pelo E. Superior Tribunal de Justiça, consolidando a jurisprudência favorável [34].

Não se argumente que a previsão de multa civil por improbidade administrativa (três vezes o valor do acréscimo patrimonial, no caso de enriquecimento ilícito; até duas vezes o valor do dano, na hipótese de prejuízo ao erário e até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente, no atentado aos princípios da administração, art. 12, I, II e III, Lei 8.429) seria suficiente para indenizar os danos extrapatrimoniais do ente público, incluídos os danos morais, tendo em vista que é uma apenação por improbidade administrativa, sem objetivar reparar os danos decorrentes dos aspectos morais provocados em detrimento do ente público e da sociedade, pela quebra da moralidade administrativa.” (VALTER FOLETO SANTIN, tese aprovada por unanimidade no 2º Congresso Nacional do Ministério Público, realizado de 26 a 29 de maio de 1.998, em Fortaleza, Ceará, disponível em <http://www.apmp.com.br/juridico/santin/artigos/indenizacao%20danos%20morais%20e%20moralidade.htm>, acesso em 1 de agosto de 2011).

O Superior Tribunal de Justiça vem admitindo a tese, como demonstram os seguintes julgados:

Processo AgRg no REsp 1003126 / PB AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2007/0261672-3 Relator(a) Ministro



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

BENEDITO GONÇALVES (1142) Órgão Julgador T1 - PRIMEIRA
TURMA Data do Julgamento 01/03/2011 Data da Publicação/Fonte
DJe 10/05/2011

Ementa

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO
REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. COMPETÊNCIA PARA
O PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DE AÇÃO CIVIL
PÚBLICA AJUIZADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
OBJETIVANDO INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS
COLETIVOS EM DECORRÊNCIA DE FRAUDES EM
LICITAÇÕES PARA A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PELO
ESTADO MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS
FEDERAIS. EMISSÃO DE DECLARAÇÕES FALSAS DE
EXCLUSIVIDADE DE DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS.
ART. 535 DO CPC NÃO VIOLADO. UNIÃO FEDERAL
ADMITIDA COMO ASSISTENTE. SÚMULA 150 DO STJ.
COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. ART. 109, I, DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE
DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS À PROPOSITURA DA AÇÃO
RECHAÇADA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS.
INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ.

1. Constatado que a Corte regional empregou fundamentação adequada e suficiente para dirimir a controvérsia, dispensando, portanto, qualquer integração à compreensão do que fora por ela decidido, é de se afastar a alegada violação do art. 535 do CPC.

2. À luz dos artigos 127 e 129, III, da CF/88, o Ministério Público Federal tem legitimidade para o ajuizamento de ação civil pública objetivando indenização por danos morais coletivos em decorrência de emissões de declarações falsas de exclusividade de distribuição de medicamentos usadas para burlar procedimentos licitatórios de compra de medicamentos pelo Estado da Paraíba mediante a utilização de recursos federais.

3. A presença da União Federal como assistente simples (art. 50 do CPC), por si só, impõe a competência Justiça Federal, nos termos do



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

art. 109, I, da Constituição Federal. Incidência da Súmula 150 do STJ: "Compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença da União, no processo, da União, suas Autarquias ou Empresas Públicas".

4. Se as instâncias ordinárias decidiram por bem manter a ora agravante na lide diante do acervo fático-probatório já produzido, não é dado a esta Corte rever os elementos que levaram à tal convicção.

5. É defeso ao Superior Tribunal de Justiça apreciar a alegação de ausência de documentos indispensáveis à propositura da ação, rechaçada pelas instâncias ordinárias. Incidência da Súmula 7 do STJ.

5.1.1.1.1.1. Agravo regimental não provido.

Processo REsp 960926 / MG RECURSO ESPECIAL 2007/0066794-2 Relator(a) Ministro CASTRO MEIRA (1125) Órgão Julgador T2 - SEGUNDA TURMA Data do Julgamento 18/03/2008 Data da Publicação/Fonte DJe 01/04/2008

Ementa

ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. DANO AO ERÁRIO. MULTA CIVIL. DANO MORAL. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO.

1. Afastada a multa civil com fundamento no princípio da proporcionalidade, não cabe se alegar violação do artigo 12, II, da LIA por deficiência de fundamentação, sem que a tese tenha sido anteriormente suscitada. Ocorrência do óbice das Súmulas 7 e 211/STJ.

2. "A norma constante do art. 23 da Lei nº 8.429 regulamentou especificamente a primeira parte do § 5º do art. 37 da Constituição Federal. À segunda parte, que diz respeito às ações de ressarcimento ao erário, por carecer de regulamentação, aplica-se a prescrição vintenária preceituada no Código Civil (art. 177 do CC de 1916)" – REsp 601.961/MG, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJU de 21.08.07.

3. Não há vedação legal ao entendimento de que cabem danos morais em ações que discutam improbidade administrativa seja



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

pela frustração trazida pelo ato ímprobo na comunidade, seja pelo desprestígio efetivo causado à entidade pública que dificulte a ação estatal.

4. A aferição de tal dano deve ser feita no caso concreto com base em análise detida das provas dos autos que comprovem efetivo dano à coletividade, os quais ultrapassam a mera insatisfação com a atividade administrativa.

5. Superado o tema da prescrição, devem os autos retornar à origem para julgamento do mérito da apelação referente ao recorrido Selmi José Rodrigues e quanto à ocorrência e mensuração de eventual dano moral causado por ato de improbidade administrativa.

6. Recurso especial conhecido em parte e provido também em parte.

Estabelecida tal premissa, é fato público e notório haver legítima expectativa por parte da sociedade brasileira de que “crimes do colarinho branco”¹⁴ sejam punidos com rigor, submetendo-se ao sistema penal tal qual estão sujeitos todos os demais cidadãos do país, densificando princípio básico de um Estado Democrático de Direito: o da igualdade (art. 5º, *caput*, da Constituição Federal).

Nessa linha de raciocínio, é inegável que o tratamento diferenciado (desconhece-se situação semelhante na história do sistema penitenciário do Distrito Federal) para pessoas que praticam esse tipo de crime ocasiona nítido sentimento de frustração na sociedade, não só desestimulando movimentos cívicos de participação

¹⁴ “Em dezembro de 1939, na Sociedade Americana de Sociologia, Sutherland pronunciou sua conferência sobre o crime de colarinho-branco, para alguns, foi a certidão de nascimento do Direito Penal Econômico.

Naquela oportunidade, definiu o *white-collar crime* como 'un delicto cometido por una person de respeitabilidad y status social alto em el curso de su ocupación' (Sutherland, 1999, p. 65). Por outro lado, o delincente de colarinho-branco seria 'una persona con elevado status socioeconómico que viola las leyes destinadas a regular sus actividades profesionales' (Sutherland, 1999, p. 330).” (NEVES, Eduardo Viana Portela. *In Inovações no Direito Penal Econômico; contribuições criminológicas, político-criminais e dogmáticas*. Org. Artur de Brito Gueiros Souza. Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União, 2011, p. 56).



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

popular e comportamento retilíneo dos cidadãos individualmente, afastando-se o “jeitinho brasileiro”, como gerando sensação de impunidade, a fomentar postura de afastamento dos agentes públicos do ordenamento jurídico em vigor.

Sob outra ótica, a situação em tela representa inequívoco dano moral à coletividade dos presos do sistema penitenciário do Distrito Federal, mais de 15.000 atualmente, pois os requeridos promoveram todos os esforços necessários para conferir tratamento privilegiado para as pessoas que lhes interessavam, enquanto relegavam à degradação o restante da massa carcerária.

Essa postura afeta inclusive os familiares e amigos dos presos desprivilegiados, que suportavam filas intermináveis para ingresso nas unidades, enquanto a visitação do bloco reformado ocorre em dia distinto, sem esse transtorno.

Por outro lado, esse tipo de comportamento, tolerante com a situação desumana de determinados ambientes prisionais e eficiente para afastar tais agruras dos detentores de poder político/econômico, acarreta inexoravelmente a perda de oportunidade para alavancar uma verdadeira mudança estrutural do sistema penitenciário brasileiro.

Longe de uma elaboração dissertativa demagógica, a tese é empiricamente constatável. Relembre-se as palavras do então Ministro da Justiça José Eduardo Cardoso no sentido de que “preferia morrer” a cumprir pena no sistema penitenciário brasileiro, que classificou como medieval e escola do crime, contemporaneamente ao julgamento da ação penal 470, amplamente divulgado como julgamento do “mensalão”, (DOCUMENTO 61).



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

É inegável, pois, que a submissão de criminosos do colarinho branco (em especial agentes políticos) à realidade do sistema prisional brasileiro contribuirá significativamente para sua mudança estrutural, a menos que se estabeleça um sistema paralelo de execução penal para tais pessoas, o que a possibilidade de um deles reformar local para recebê-lo parece ser o primeiro passo.

Portanto, há inequívoco dano moral a ser reparado, que pode ser dimensionado, levando-se em consideração o binômio reparação-prevenção e as condições econômicas dos requeridos, para os agentes públicos como a remuneração correspondente ao cargo de natureza especial que exerciam no momento dos fatos.

CLÁUDIO DE MOURA MAGALHÃES ocupou o cargo de natureza especial de Subsecretário da Subsecretaria do Sistema Penitenciário, da Secretaria de Estado de Segurança Pública no período compreendido entre setembro de 2011 a dezembro de 2014. O valor atualizado da remuneração percebida no primeiro mês (CNE-5) é de R\$ 6.506,35; enquanto a percebida entre os meses de outubro de 2011 até dezembro de 2014 (CNE-2) é de valor de R\$ 12.007,79 (mensal). O montante final atualmente representaria o valor de R\$ 474.810,16 (quatrocentos e setenta e quatro mil, oitocentos e dez reais e dezesseis centavos), não incluindo seus vencimentos regulares, pagos pelo órgão de origem, Polícia Civil do Distrito Federal.

JOÃO HELDER RAMOS FEITOSA ocupou o cargo de natureza especial de Coordenado-Geral da Subsecretaria do Sistema Penitenciário, da Secretaria de Estado de Segurança Pública no período compreendido entre outubro de 2011 a janeiro de 2015. O valor atualizado da remuneração percebida (CNE-7) é de R\$ 4.684,66 mensais. O montante final atualmente representaria o valor de R\$ 187.386,40 (cento e oitenta e sete mil, trezentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos), não



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

incluindo seus vencimentos regulares, pagos pelo órgão de origem, Polícia Civil do Distrito Federal.

MURILO JOSÉ JULIANO DA CUNHA ocupou o cargo de natureza especial de Diretor do Centro de Detenção Provisória da Subsecretaria do Sistema Penitenciário, da Secretaria de Estado de Segurança Pública no período compreendido entre agosto de 2013 a dezembro de 2015. O valor atualizado da remuneração percebida (CNE-7) é de R\$ 4.684,66 mensais. O montante final atualmente representaria o valor de R\$ 135.855,14 (cento e trinta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e quatorze centavos), não incluindo seus vencimentos regulares, pagos pelo órgão de origem, Polícia Civil do Distrito Federal.

Por fim, em relação ao requerido LUIZ ESTEVÃO, em virtude de sua notória capacidade econômico-financeira, apresenta-se razoável reproduzir o maior montante definido para os agentes públicos, qual seja, de R\$ 474.810,16 (quatrocentos e setenta e quatro mil, oitocentos e dez reais e dezesseis centavos).

DAS MEDIDAS CAUTELARES

A Lei 8.429/92 previu a indisponibilidade dos bens como forma de assegurar o ressarcimento ao erário, como se depreende do art. 7º da Lei 8.429/92:

Art. 7º Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.

Parágrafo único. A indisponibilidade a que se refere o caput deste artigo recairá sobre bens que assegurem o integral ressarcimento



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

do dano, ou sobre o acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito.

O STJ já pacificou diversas questões sobre tal dispositivo. Confira-se a propósito, na ferramenta jurisprudência em teses de seu sítio eletrônico, as edições 38 e 40 (improbidade administrativa – I e II), as quais expõem que a indisponibilidade: 1) pode ocorrer sem oitiva dos requeridos e obviamente antes da defesa preliminar do art. 17, § 7º); 2) não requer demonstração de intenção ou da prática de condutas de dilapidação do patrimônio dos requeridos 3) abrange bens adquiridos antes da prática do(s) ato(s) de improbidade, inclusive os de família e o 4) valor a ser assegurado também abarca a possível multa civil:

Edição 38:

11) É possível o deferimento da medida acautelatória de indisponibilidade de bens em ação de improbidade administrativa nos autos da ação principal sem audiência da parte adversa e, portanto, antes da notificação a que se refere o art. 17, § 7º, da Lei n. 8.429/92.

(Precedentes: AgRg no AREsp 460279/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/10/2014, DJe 27/11/2014; REsp 1197444/RJ, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/08/2013, DJe 05/09/2013; AgRg no AgRg no REsp 1328769/BA, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/08/2013, DJe 20/08/2013; AgRg no Ag 1262343/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 28/08/2012, DJe 21/09/2012; AgRg no REsp 1256287/MT, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2011, DJe 21/09/2011; REsp 1163499/MT, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/09/2010, DJe 08/10/2010; REsp 1078640/ES, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 09/03/2010, DJe



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

23/03/2010; REsp 1040254/CE , Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/12/2009, DJe 02/02/2010.

12) É possível a decretação da indisponibilidade de bens do promovido em ação civil Pública por ato de improbidade administrativa, quando ausente (ou não demonstrada) a prática de atos (ou a sua tentativa) que induzam a conclusão de risco de alienação, oneração ou dilapidação patrimonial de bens do acionado, dificultando ou impossibilitando o eventual ressarcimento futuro.

Acórdãos

AgRg no AREsp 460279/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Julgado em 07/10/2014, DJE 27/11/2014

REsp 1197444/RJ, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, Julgado em 27/08/2013, DJE 05/09/2013

AgRg no AgRg no REsp 1328769/BA, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, Julgado em 13/08/2013, DJE 20/08/2013

AgRg no Ag 1262343/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, Julgado em 28/08/2012, DJE 21/09/2012

AgRg no REsp 1256287/MT, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, Julgado em 15/09/2011, DJE 21/09/2011

REsp 1163499/MT, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, Julgado em 21/09/2010, DJE 08/10/2010

REsp 1078640/ES, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, Julgado em 09/03/2010, DJE 23/03/2010

REsp 1040254/CE, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, Julgado em 15/12/2009, DJE 02/02/2010

13) Na ação de improbidade, a decretação de indisponibilidade de bens pode recair sobre aqueles adquiridos anteriormente ao suposto ato, além de levar em consideração, o valor de possível multa civil como sanção autônoma.

Acórdãos

REsp 1461892/BA, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Julgado em 17/03/2015, DJE 06/04/2015



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

REsp 1461882/PA,Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, Julgado em 05/03/2015,DJE 12/03/2015

REsp 1176440/RO,Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA,Julgado em 17/09/2013,DJE 04/10/2013

AgRg no REsp 1191497/RS,Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA,Julgado em 20/11/2012,DJE 28/11/2012

AgRg no AREsp 020853/SP,Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA,Julgado em 21/06/2012,DJE 29/06/2012

Edição 40

9) Os bens de família podem ser objeto de medida de indisponibilidade prevista na Lei de Improbidade Administrativa, uma vez que há apenas a limitação de eventual alienação do bem.

Acórdãos

REsp 1461882/PA,Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, Julgado em 05/03/2015,DJE 12/03/2015

REsp 1260731/RJ,Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, Julgado em 19/11/2013,DJE 29/11/2013

AgRg no REsp 956039/PR,Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA,Julgado em 03/06/2008,DJE 07/08/2008

Decisões Monocráticas

REsp 1414794/GO,Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, Julgado em 05/12/2014,Publicado em 12/12/2014

REsp 1477939/SP,Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Julgado em 15/12/2014,Publicado em 04/02/2015

AREsp 468836/SP,Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA,Julgado em 07/02/2014,Publicado em 24/02/2014

10) Aplica-se a medida cautelar de indisponibilidade dos bens do art. 7º aos atos de improbidade administrativa que impliquem violação dos princípios da administração pública - no art. 11 da LIA.

Acórdãos

AgRg no REsp 1311013/RO,Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA,Julgado em 04/12/2012,DJE 13/12/2012



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

AgRg no REsp 1299936/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, Julgado em 18/04/2013, DJE 23/04/2013

REsp 957766/PR, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, Julgado em 09/03/2010, DJE 23/03/2010

No tocante ao risco de dilapidação do patrimônio ser presumido, o STJ reafirmou seu entendimento em sede de recurso repetitivo:

Processo REsp 1366721 / BA RECURSO ESPECIAL 2013/0029548-3
Relator(a) Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO (1133)
Relator(a) p/ Acórdão Ministro OG FERNANDES (1139) Órgão Julgador
S1 - PRIMEIRA SEÇÃO Data do Julgamento 26/02/2014 Data da
Publicação/Fonte DJe 19/09/2014

Ementa

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. APLICAÇÃO DO PROCEDIMENTO PREVISTO NO ART. 543-C DO CPC. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CAUTELAR DE INDISPONIBILIDADE DOS BENS DO PROMOVIDO. DECRETAÇÃO. REQUISITOS. EXEGESE DO ART. 7º DA LEI N. 8.429/1992, QUANTO AO PERICULUM IN MORA PRESUMIDO. MATÉRIA PACIFICADA PELA COLENDAS PRIMEIRA SEÇÃO.

1. Tratam os autos de ação civil pública promovida pelo Ministério Público Federal contra o ora recorrido, em virtude de imputação de atos de improbidade administrativa (Lei n. 8.429/1992).
2. Em questão está a exegese do art. 7º da Lei n. 8.429/1992 e a possibilidade de o juízo decretar, cautelarmente, a indisponibilidade de bens do demandado quando presentes fortes indícios de responsabilidade pela prática de ato ímprobo que cause dano ao Erário.
3. A respeito do tema, a Colenda Primeira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o Recurso Especial 1.319.515/ES, de relatoria do em. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Relator para acórdão Ministro



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

Mauro Campbell Marques (DJe 21/9/2012), reafirmou o entendimento consagrado em diversos precedentes (Recurso Especial 1.256.232/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 19/9/2013, DJe 26/9/2013; Recurso Especial 1.343.371/AM, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 18/4/2013, DJe 10/5/2013; Agravo Regimental no Agravo no Recurso Especial 197.901/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, julgado em 28/8/2012, DJe 6/9/2012; Agravo Regimental no Agravo no Recurso Especial 20.853/SP, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 21/6/2012, DJe 29/6/2012; e Recurso Especial 1.190.846/PI, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 16/12/2010, DJe 10/2/2011) de que, "(...) no comando do art. 7º da Lei 8.429/1992, verifica-se que a indisponibilidade dos bens é cabível quando o julgador entender presentes fortes indícios de responsabilidade na prática de ato de improbidade que cause dano ao Erário, estando o periculum in mora implícito no referido dispositivo, atendendo determinação contida no art. 37, § 4º, da Constituição, segundo a qual 'os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, a forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível'. O periculum in mora, em verdade, milita em favor da sociedade, representada pelo requerente da medida de bloqueio de bens, porquanto esta Corte Superior já apontou pelo entendimento segundo o qual, em casos de indisponibilidade patrimonial por imputação de conduta ímproba lesiva ao erário, esse requisito é implícito ao comando normativo do art. 7º da Lei n. 8.429/92. Assim, a Lei de Improbidade Administrativa, diante dos velozes trâfegos, ocultamento ou dilapidação patrimoniais, possibilitados por instrumentos tecnológicos de comunicação de dados que tornaria irreversível o ressarcimento ao erário e devolução do produto do enriquecimento ilícito por prática de ato ímprobo, buscou dar efetividade à norma afastando o requisito da demonstração do periculum in mora (art. 823 do CPC), este, intrínseco a toda medida cautelar sumária (art. 789 do CPC), admitindo que tal requisito seja presumido à



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

preambular garantia de recuperação do patrimônio do público, da coletividade, bem assim do acréscimo patrimonial ilegalmente auferido".

4. Note-se que a compreensão acima foi confirmada pela referida Seção, por ocasião do julgamento do Agravo Regimental nos Embargos de Divergência no Recurso Especial 1.315.092/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 7/6/2013.

5. Portanto, a medida cautelar em exame, própria das ações regidas pela Lei de Improbidade Administrativa, não está condicionada à comprovação de que o réu esteja dilapidando seu patrimônio, ou na iminência de fazê-lo, tendo em vista que o periculum in mora encontra-se implícito no comando legal que rege, de forma peculiar, o sistema de cautelaridade na ação de improbidade administrativa, sendo possível ao juízo que preside a referida ação, fundamentadamente, decretar a indisponibilidade de bens do demandado, quando presentes fortes indícios da prática de atos de improbidade administrativa.

6. Recursos especiais providos, a que restabelecida a decisão de primeiro grau, que determinou a indisponibilidade dos bens dos promovidos.

7. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e do art. 8º da Resolução n. 8/2008/STJ.

Ademais, entende o STJ ser solidária a responsabilidade dos réus ao menos até o final da instrução probatória:

Processo EDcl no AgRg no REsp 1351825 / BA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2012/0231127-2 Relator(a) Ministro OG FERNANDES (1139)

Órgão Julgador T2 - SEGUNDA TURMA Data do Julgamento 22/09/2015 Data da Publicação/Fonte DJe 14/10/2015

Ementa

PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

ESPECIAL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.
INDISPONIBILIDADE DE BENS. OMISSÃO CARACTERIZADA.
SUPRIMENTO. NECESSIDADE. ACOLHIMENTO SEM EFEITOS
INFRINGENTES.

1. A jurisprudência do STJ pacificou orientação no sentido de que a decretação de indisponibilidade prevista no art. 7º, parágrafo único, da LIA não depende da individualização dos bens pelo Parquet, podendo recair sobre aqueles adquiridos antes ou depois dos fatos descritos na inicial, bem como sobre bens de família.

2. A responsabilidade dos réus na ação de improbidade é solidária, pelo menos até o final da instrução probatória, momento em que seria possível especificar e mensurar a quota de responsabilidade atribuída a cada pessoa envolvida nos atos que causaram prejuízo ao erário.

3. No caso, considerando-se a fase processual em que foi decretada a medida (postulatória), bem como a cautelaridade que lhe é inerente, não se demonstra viável explicitar a quota parte a ser ressarcida por cada réu, sendo razoável a decisão do magistrado de primeira instância que limitou o bloqueio de bens aos valores das contratações supostamente irregulares que o embargante esteve envolvido. Dessarte, os aclaratórios devem ser acolhidos apenas para integralizar o julgado com a fundamentação ora trazida.

4. Embargos de declaração acolhidos sem efeitos infringentes.

Portanto, expostos todos os atos de improbidade administrativa cometidos pelos réus e as medidas liminares necessárias, imprescindível efetuar explicitamente os pedidos da ação:



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

DOS PEDIDOS

Ante o exposto, o Ministério Público requer:

1) seja decretada liminarmente, *inaudita altera pars*, a indisponibilidade dos bens dos requeridos, no limite correspondente ao dano moral coletivo acrescido do máximo da multa prevista no art. 12, inciso III, da Lei 8.429/92, ou seja, 100 vezes o valor de suas remunerações¹⁵ totalizando as seguintes quantias: I) CLAUDIO DE MOURA MAGALHÃES – R\$ 4.209.944,16 equivalente a R\$ 474.810,16 (dano moral coletivo) + 3.732.134,00 (multa); II) JOÃO HELDER RAMOS FEITOSA R\$ 2.681.511,40, equivalente a R\$ 187.386,40 (dano moral coletivo) + R\$ 2.494.125,00 (multa); III) MURILO JOSÉ JULIANO DA CUNHA R\$ 3.135.676,14, correspondente a R\$ 135.855,14 (dano moral coletivo) + R\$ 2.999.821,00 (multa) e IV) LUIZ ESTEVÃO DE OLIVEIRA NETO R\$ 4.209.944,16 (reproduzindo a situação do requerido CLAUDIO), devendo, para tanto: a) ser realizada a indisponibilidade on-line de todas as suas contas bancárias (por intermédio do sistema do Banco Central de penhora on-line – BACENJUD); c) ser concretizada a penhora on line de imóveis¹⁶ de todos eles; d) ser efetivada a indisponibilidade dos veículos pelo sistema RENAJUD; e) ser expedido ofício ao INCRA para que informe sobre a existência de qualquer imóvel rural em nome dos requeridos e, sendo positiva a resposta, seja, imediatamente e no mesmo ato, gravada a indisponibilidade de tais bens;

¹⁵ As remunerações consistem nos vencimentos como Delegados de Polícia Classe Especial e Primeira Classe (João Feitosa), respectivamente R\$ 25.313,55 e 20.256,59 respectivamente, acrescidos dos valores dos cargos de natureza especial: CNE 2 de 12.007,79 , CNE 7 de R\$ 4684,66 (DOCUMENTO 62).

¹⁶ Mecanismo ora em vigor no TJDF, como explicita a notícia constante do seguinte link: <http://www.tjdf.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2012/dezembro/tjdf-conclui-implantacao-do-projeto-penhora-de-imoveis-on-line>, acesso em 7/05/13 às 15h:30min.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

2) Sejam notificados os requeridos na forma do parágrafo 7º do artigo 17 da lei 8.429/92, para que apresentem manifestação escrita, sobre os fatos, no prazo de 15 (quinze) dias.

3) Apresentada a manifestação, seja recebida a presente ação e determinada a citação dos requeridos, nos moldes do rito ordinário previsto no Código de Processo Civil, por força do artigo 17, caput, da Lei de Improbidade.

4) seja intimado o Distrito Federal nos termos do art. 17, parágrafo 3º, da Lei 8.429/92.

5) Ao final, devidamente provado o alegado, sejam considerados os réus como incurso no artigo 11, *caput* e inciso IV, da Lei 8.429/92, aplicando-se-lhes a máxima sanção prevista nos respectivos incisos do art. 12, inciso III, da mesma norma.

5) Sejam, ainda, condenados ao pagamento de dano moral coletivo no valor anteriormente explicitado: I) CLAUDIO DE MOURA MAGALHÃES R\$ 474.810,16 (quatrocentos e setenta e quatro mil, oitocentos e dez reais e dezesseis centavos); II) JOÃO HELDER RAMOS FEITOSA R\$ 187.386,40 (cento e oitenta e sete mil, trezentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos); III) MURILO JOSÉ JULIANO DA CUNHA R\$ 135.855,14 (cento e trinta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e quatorze centavos) e IV) LUIZ ESTEVÃO DE OLIVEIRA NETO R\$ 474.810,16 (quatrocentos e setenta e quatro mil, oitocentos e dez reais e dezesseis centavos).

6) Pretende-se provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, principalmente a testemunhal, documental e depoimento pessoal dos requeridos.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – NUPRI

Atribui-se à presente causa, em obediência ao art. 291 do CPC, o valor simbólico de R\$ 100,00 (cem reais).

Brasília/DF, 5 de agosto de 2016.

Marcelo Santos Teixeira
Promotor de Justiça

Gustavo Ramos Ferreira
Promotor de Justiça Adjunto

Fábio Macedo Nascimento
Promotor de Justiça Adjunto

Higo Noboro Nishida Arakaki
Promotor de Justiça Adjunto

Ruy Reis Carvalho Neto
Promotor de Justiça